

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
***CAMPUS* CHAPECÓ**
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

CESAR JOSÉ COLLET

ITALINO PERUFFO E O CASO DA CENSURA DE “MADEIRÓPOLIS”

CHAPECÓ

2026

CESAR JOSÉ COLLET

ITALINO PERUFFO E O CASO DA CENSURA DE “MADEIRÓPOLIS”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Machado

CHAPECÓ

2026

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Collet, Cesar José
 Italino Peruffo e o caso da censura de "Madeirópolis"
/ Cesar José Collet. -- 2026.
 68 f.:il.

Orientador: Doutor Ricardo Machado

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2026.

1. Censura Literária. 2. Literatura. 3. Madeirópolis.
4. Italino Peruffo. 5. Santa Catarina. I. Machado,
Ricardo, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

CESAR JOSÉ COLLET

ITALINO PERUFFO E O CASO DA CENSURA DE “MADEIRÓPOLIS”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História. Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 07/07/2026.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
RICARDO MACHADO
Data: 11/07/2026 15:11:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Machado – UFFS

Orientador



Documento assinado digitalmente
FERNANDO VOJNIAK
Data: 13/07/2026 11:15:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fernando Vojniak – UFFS

Avaliador



Documento assinado digitalmente
BRUNO ANTONIO PICOLI
Data: 16/07/2026 15:44:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Bruno Picoli – UFFS

Avaliador



Documento assinado digitalmente
JONAS FELACIO JUNIOR
Data: 17/07/2026 09:02:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Jonas Felácio Júnior – IFC

Avaliador

Dedico este trabalho a todos aqueles e aquelas que, em diferentes tempos e lugares, tiveram suas vozes silenciadas. Dedico-o também a você, leitor, pois é na leitura que as vozes do passado encontram novas formas de existir. Sobretudo, dedico aos meus pais que viram na educação um caminho possível.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre uma tarefa difícil, pois a gratidão não se limita a um único momento: ela acompanha nossa trajetória e se estende a tudo e todos que fazem parte dela. Escrever esta página causa uma certa estranheza, já que estas são algumas das últimas palavras que acrescento a este trabalho, mas também as primeiras que você está lendo. Foram nove semestres de graduação e mais de um ano dedicados à pesquisa, à reflexão e à escrita deste trabalho. Ao olhar para esse percurso, percebo o quanto ele foi construído coletivamente, tornando impossível mencionar todos aqueles que, de diferentes formas, contribuíram para que esta jornada chegasse até aqui.

Começo agradecendo imensamente aos meus pais, Rosane e Clécio, que mesmo com medo e dúvidas me apoiaram na decisão de morar a mais de 250 Km de casa e seguir minha vontade de estudar em uma Universidade Federal. A vocês agradeço pela educação que me deram, pelo esforço em nunca deixar faltar nada para mim e minhas irmãs, pelo amor e carinho constantes, por sempre me aceitarem e me apoiarem. Não há palavras suficientes para descrever o sentimento e a gratidão que sinto por vocês, serei eternamente grato.

Agradeço às minhas irmãs, Barbara pelo apoio e carinho, por ser fonte de inspiração e sempre me ajudar no que precisei. Um carinho especial para Isabel, por todas as brigas e parceria juntos, por ter vindo me fazer companhia na cidade grande, pelas marmitinhas feitas, pelas inúmeras noites que me esperou acordada com um café preparado. Enfim, vocês duas são mulheres incríveis que tenho a sorte de compartilhar minha vida.

Quero agradecer também a minha “panelinha” da faculdade, que foi formada ao acaso, mas que se solidificou e se tornou uma amizade incrível ao longo desses nove semestres de graduação. Alice, Ana Luiza, Maria Fernanda, João Augusto, Ingrid e Stefany, vocês foram muito importantes para que a jornada acadêmica fosse mais leve e descontraída. Obrigado por todos os momentos de estudo juntos, trocas de resumos, dores compartilhadas, risadas e fofocas contadas. É muito bom compartilhar minhas angústias e felicidades com vocês. Tenham a certeza que vocês sempre serão lembrados.

Ao professor Ricardo, expresso minha gratidão pela orientação e confiança ao longo desta pesquisa. Seus conhecimentos, sugestões e questionamentos foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço pela paciência nos momentos de dúvida, pelos

cafés e encontros, pela disponibilidade em compartilhar seu tempo e experiência e pelo incentivo constante durante toda esta trajetória.

A todos os professores do curso de História que tive a oportunidade de ter aula, registro minha sincera gratidão pelos ensinamentos, debates e reflexões compartilhados ao longo da graduação. Cada disciplina, leitura e discussão contribuíram para minha formação acadêmica, profissional e pessoal, ampliando minha compreensão sobre a História e sobre o papel do historiador e do professor na sociedade.

À Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Chapecó pelo ensino público de qualidade e gratuito.

Agradeço também ao Vanio Peruffo e Vanir Peruffo que se disponibilizaram em compartilhar comigo um pouco de suas vivências e histórias com seu pai, vocês sem dúvida foram muito importantes para a construção deste trabalho. Espero ter contribuído positivamente para a memória e legado de Italino Peruffo.

Um agradecimento especial ao meu namorado, pelos meses que estamos juntos, mas que me apoiou em tudo, teve que lidar com minha síndrome de impostor, sempre me elogiando e mesmo à distância, esteve presente pra mim.

Aos meus amigos que fiz ao longo desse período. Desculpe não nomear a todos, mas saibam que vocês fizeram parte desta caminhada. Queria poder abraçar muitas pessoas neste momento.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte desta caminhada. Levo comigo a certeza de que nenhuma conquista é individual e de que este percurso só foi possível graças à presença e ao apoio de muitas pessoas. A todos que compartilharam, direta ou indiretamente deste caminho, meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre censura e produção literária a partir do caso do livro *Madeirópolis: notas e perfis*, de Italino Peruffo, publicado em 1958 e alvo de repressão na cidade de Rio do Sul, em Santa Catarina. A pesquisa parte da hipótese de que a censura sofrida pela obra não decorreu de uma política institucional formal, mas de uma dinâmica local de controle social, articulada por elites econômicas e valores morais conservadores. Para isso, o estudo combina análise documental e bibliográfica, utilizando como fontes o próprio livro, periódicos da época e produções historiográficas sobre censura no Brasil. Inicialmente, é traçado um perfil biográfico de Italino Peruffo, destacando sua atuação como escritor, jornalista e intelectual. Em seguida, discute-se o conceito de censura literária e suas manifestações em diferentes contextos históricos, com foco no período democrático anterior à ditadura militar. A análise da obra evidencia como sua narrativa crítica, que aborda exploração econômica, hipocrisia social e desigualdades, provocou reações negativas por parte da sociedade local, levando à sua apreensão. Por fim, o trabalho demonstra que práticas censórias não se restringem a regimes autoritários, mas também se manifestam em contextos democráticos, revelando disputas de poder em torno da circulação de ideias e da produção cultural.

Palavras-chave: censura literária; literatura; Madeirópolis; Italino Peruffo; Santa Catarina

RESUMEN

Este trabajo analiza la relación entre censura y producción literaria a partir del caso del libro *Madeirópolis: notas e perfis*, de Italino Peruffo, publicado en 1958 y objeto de represión en la ciudad de Rio do Sul, en Santa Catarina. La investigación parte de la hipótesis de que la censura sufrida por la obra no se debió a una política institucional formal, sino a una dinámica local de control social, articulada por élites económicas y valores morales conservadores. Para ello, el estudio combina análisis documental y bibliográfico, utilizando como fuentes el propio libro, periódicos de la época y producciones historiográficas sobre la censura en Brasil. Inicialmente, se traza un perfil biográfico de Italino Peruffo, destacando su actuación como escritor, periodista e intelectual. A continuación, se discute el concepto de censura literaria y sus manifestaciones en diferentes contextos históricos, con énfasis en el período democrático previo a la dictadura militar. El análisis de la obra evidencia cómo su narrativa crítica, que aborda la explotación económica, la hipocresía social y las desigualdades, provocó reacciones negativas por parte de la sociedad local, lo que llevó a su incautación. Finalmente, el trabajo demuestra que las prácticas censorias no se restringen a regímenes autoritarios, sino que también se manifiestan en contextos democráticos, revelando disputas de poder en torno a la circulación de ideas y la producción cultural.

Palabras clave: censura literaria; literatura; Madeirópolis; Italino Peruffo; Santa Catarina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Capa do Madeirópolis.....	14
Figura 2 — Foto de Italino em Jornal.....	18
Figura 3 — Foto de Italino, Izena e o primeiro filho, Vanio.....	19
Figura 4 — Italino em Joaçaba - SC (1953).....	19
Figura 5 — Italino tomando chimarrão na biblioteca de sua casa em Curitiba (1986).....	22
Figura 7 — Lápides de Italino e Izena em Curitiba.....	24
Figura 8 — Residência de Italino Peruffo em Curitiba.....	24
Figura 9 — Folha de rosto do livro Madeirópolis.....	39
Figura 10 — Segunda Orelha de Madeirópolis.....	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CERC	Coleção Especial de Raridades Catarinenses
CPM	Código Penal Militar
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
IPM	Inquérito Policial Militar
PCB	Partido Comunista do Brasil
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SBE	Sociedade Brasileira de Eubiose
SNI	Serviço Nacional de Informações
STM	Superior Tribunal Militar
UDN	União Democrática Nacional
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 ITALINO PERUFFO: UM PERFIL.....	17
2.1 PERUFFO E PUBLICAÇÕES EM JORNAIS.....	25
2.2 PERUFFO E A REVISTA SUL.....	32
2.3 PERUFFO E A DITADURA.....	34
3 MADEIRÓPOLIS E A CENSURA.....	39
3.1 MADEIRÓPOLIS: NOTAS E PERFIS.....	41
3.2 CENSURA LITERÁRIA: CONCEITOS E CONTEXTO.....	47
3.3 A APREENSÃO: O DEBATE POLÍTICO E LEGISLATIVO.....	50
3.4 A REPERCUSSÃO PÚBLICA: IMPRENSA E SOCIEDADE CIVIL.....	54
3.5 AS REPERCUSSÕES RECENTES.....	59
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

Alberto Manguel (2017) escreve que as sociedades sempre se preocuparam com o poder das palavras, tendo um temor supersticioso delas e do que pode ser criado a partir delas, como o caso de muitas mitologias em que um mundo pode ser criado mediante uma enunciação, por exemplo. Conforme Manguel, o temor às palavras, pode ser compreendido como um medo ao poder simbólico que elas carregam, “e é tentador ver na maioria das censuras textuais, nas queimas de livros, no escárnio dirigido ao ofício da leitura, uma tentativa exorcizante de derrotar a suposta feitiçaria da própria linguagem”.¹

Assim, a cultura escrita e os livros carregam valores que são caros às sociedades, carregam novas formas de olhar o mundo, e por isso foram e são temidos. Dito isso, e entendendo os livros como produtos intelectuais, os escritos expressam uma disputa de poder, voltada à conquista e manutenção da hegemonia sobre a opinião pública² e é essa hegemonia que conserva práticas de censura ao longo do tempo.

Esse temor às palavras e à literatura não se manifesta apenas em registros históricos distantes, ele persiste no Brasil contemporâneo. Em março de 2024, o escritor Jeferson Tenório tornou público um ofício: o governo do Paraná havia determinado o recolhimento de seu romance *O Averso da Pele* das escolas públicas do estado. A obra, vencedora do Prêmio Jabuti de 2021 e integrante do Programa Nacional do Livro Didático, foi retirada sob a acusação de conter linguagem imprópria e foi apoiada por deputados conservadores e gestores locais em ao menos quatro estados brasileiros.³ “São atos violentos que remetem a dias sombrios”, declarou o autor.⁴

O episódio não foi isolado. Em 2023, a Secretaria de Educação de Santa Catarina ordenou que nove obras fossem retiradas das bibliotecas escolares e guardadas em local “não acessível à comunidade escolar”, sem justificativa pública.⁵ Em 2020, o governo de Rondônia circulou internamente uma lista com 43 títulos considerados inadequados para crianças e

¹ MANGUEL, Alberto. **O leitor como metáfora: o viajante, a torre e a traça**. Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017. p.117

² SILVA, A. de L. *et al.* A censura dos livros no Brasil: uma proposta de linha temporal. **Revista Galo**, n. 2, p. 264, 25 out. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.53919/g2l22>>. Acesso em: 15 out. de 2025.

³ AGÊNCIA BRASIL. *Livro O Averso da Pele volta a ser alvo de censura; agora no Paraná*. Brasília, 6 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/livro-o-avesso-da-pele-volta-ser-alvo-de-censura-agora-no-parana>. Acesso em: 25 de abril de 2026.

⁴ Ibid.

⁵ CNN BRASIL. *Sem justificar, governo de SC retira 9 livros das escolas públicas*. São Paulo, 10 nov. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/sem-justificar-governo-de-sc-retira-9-livros-das-escolas-publicas>. Acesso em: 25 de abril de 2026.

adolescentes.⁶ Em todos esses casos, o mecanismo é o mesmo: uma autoridade identifica em um livro algo que considera ameaçador e age para impedir que ele chegue a seus leitores. Como observam Andretta e Silveira, o repúdio à censura e a garantia da liberdade intelectual precisam ser defendidos especialmente em “tempos que grupos conservadores e reacionários passam a ocupar espaços de poder e forçam iniciativas contrárias ao interesse público”.⁷

Esses episódios, no entanto, não são invenção do tempo presente. O Brasil tem uma longa história de silenciamento de obras literárias, história que passa pelas fogueiras do Estado Novo, pela censura prévia da ditadura militar e, antes disso, por casos menos conhecidos que revelam como a supressão de livros pode nascer não de um governo central, mas do poder de uma comunidade sobre si mesma.

Este trabalho propõe investigar a relação entre censura e literatura a partir da obra “Madeirópolis: notas e perfis”, do escritor Italino Peruffo (1921-1992), cuja publicação foi alvo de repressão, após descrever em seu enredo uma cidade organizada pela exploração da madeira e controlada por uma elite econômica local interessada em enriquecer a todo custo, além de apresentar na narrativa, perfis de personagens corruptos e tramas com escândalos moralmente não aceitos na sociedade. A obra publicada em 1958, após a estadia de Peruffo na cidade catarinense de Rio do Sul, foi recolhida e não foi bem aceita pelos habitantes dessa cidade, principalmente os da elite econômica, que viram retratados nas páginas do livro modos de vida que reconheciam como seus.

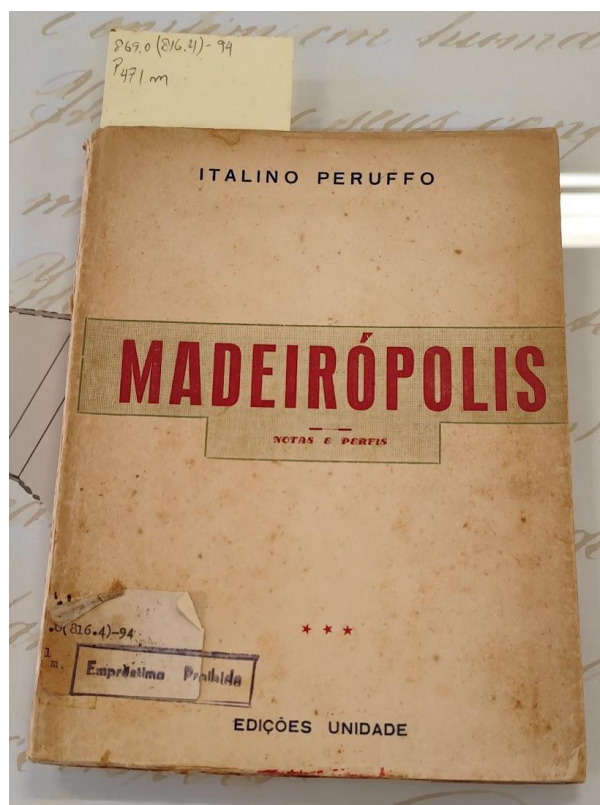
Devido à censura dessa obra, o acesso ao livro físico é muito restrito, uma vez que poucos exemplares foram preservados. O livro encontra-se digitalizado e disponível em plataformas de bibliotecas digitais, como o *Z Library* e *Anna's Archive* por exemplo, no entanto a qualidade da digitalização deixa a desejar. Um exemplar físico preservado pode ser encontrado no setor de obras raras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Florianópolis - SC. Esse exemplar faz parte da Coleção Especial de Raridades Catarinenses (CERC) e fica disponível para consulta local mediante agendamento prévio. Para esta pesquisa o exemplar foi consultado e manuseado presencialmente, o que possibilitou a obtenção de informações que não seriam acessíveis de outra forma. O exemplar do livro

⁶ G1 RONDÔNIA. *Documento da Secretaria de Educação de RO manda recolher de escolas 'Macunaima' e mais 42 livros; secretário diz ser rascunho*. Porto Velho, 6 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/02/06/documento-da-secretaria-de-educacao-de-ro-manda-recolher-de-escolas-macunaima-e-mais-42-livros-secretario-diz-ser-rascunho.ghtml>. Acesso em: 24 abr. 2026.

⁷ BORGES DA SILVEIRA, João Paulo; SILVEIRA ANDRETTA, Pedro Ivo. As formas de resistência à censura aos livros na atualidade. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis/SC, Brasil, v. 28, n. Dossie Especial, p. 1–29, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e90814. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/90814>. Acesso em: 25 abr. 2026.

Madeirópolis disponibilizado ali, apresenta marcas evidentes do tempo e do uso. A capa, de tons amarelos, possivelmente originalmente branco ou bege, traz o título em vermelho, destacado por um contorno em verde, e mantém a lombada com o título da obra visível. O volume, de dimensões aproximadas de 14 centímetros de largura e 21 centímetros de comprimento, possui 110 páginas numeradas e carimbos da Biblioteca da UFSC em seu interior, além de uma observação escrita em caneta, de que foi “doado pela viúva de Almirante Carneiro”. O estado de conservação, as marcas de desgaste e a inscrição “Empréstimo proibido” na capa, reforçam o caráter histórico e a raridade do exemplar, visto que se passaram mais de cinquenta anos desde a sua publicação.

Figura 1 — Capa do *Madeirópolis*



Fonte: fotografia registrada pelo autor (09/10/2025)

A partir de pesquisa em fontes disponíveis online, foi possível identificar que quem doou a obra para a UFSC foi a esposa do Almirante Carlos da Silveira Carneiro, um carioca membro da Marinha Brasileira. O Almirante é conhecido por idealizar o projeto “Enciclopédia de Santa Catarina”, com documentos, informações históricas, geográficas, culturais e biográficas sobre o estado, com o objetivo de registrar e valorizar a identidade e a memória catarinense. Porém, como ele faleceu antes de terminar o projeto, sua esposa doou

todo o seu acervo para a biblioteca da UFSC.⁸ A partir dessa inscrição, deduz-se que o Almirante Carneiro possuía o livro “Madeirópolis”. No entanto, devido à ausência de pesquisa aprofundada sobre o tema, não é possível estabelecer uma ligação direta entre Italino Peruffo e o Almirante.

A relevância deste trabalho reside, em primeiro lugar, no fato de que o livro “Madeirópolis” foi alvo de censura ao final da década de 1950, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, ou seja, num contexto anterior à Ditadura Militar, quando o país ainda vivia sob um regime democrático. Além disso, o estudo mostra-se significativo para abordar a dinâmica da censura em contextos regionais, distantes dos grandes centros culturais e editoriais do país. Enquanto a historiografia tende a se concentrar nas metrópoles, este estudo volta o olhar para as práticas de repressão em localidades interioranas. Também, ao resgatar a trajetória de “Madeirópolis” e de seu autor, o trabalho valoriza a memória cultural regional, destacando a importância de obras e autores pouco conhecidos.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar os vínculos entre a trajetória de Italino Peruffo, o conteúdo crítico da obra de “Madeirópolis” e os mecanismos de censura impostos durante períodos democráticos, discutindo a repressão às manifestações culturais regionais e suas repercussões na atualidade. Para isso, esse estudo combina pesquisa bibliográfica e análise documental, utilizando como fontes principais o próprio romance “Madeirópolis”, outros escritos de Peruffo, jornais e documentos, além de textos historiográficos sobre censura, literatura e repressão no Brasil.

Além disso, argumenta-se que a censura sofrida por *Madeirópolis* não decorreu de uma política institucional de repressão, mas de uma dinâmica local de controle social. Esse caso demonstra que a censura a livros no Brasil não se restringe aos períodos de autoritarismo institucionalizado, mas atravessa contextos considerados democráticos, operando a partir de relações de poder regionais e de valores morais conservadores que persistem até a atualidade.

Esta pesquisa está dividida em dois capítulos. O primeiro apresenta um perfil biográfico de Italino Peruffo, com foco em sua trajetória de vida e atuação profissional. Entende-se aqui o conceito de perfil conforme apresentado por Sérgio Vilas-Boas, no livro *Perfis: e como escrevê-los*, segundo o qual, ao contrário das biografias em formato de livro, nas quais o autor precisa abordar detalhadamente toda a trajetória do biografado, o perfil pode se concentrar apenas em episódios específicos de sua vida, tratando-se de uma narrativa

⁸ Para mais informações consultar a Dissertação de Mestrado de Andreia da Silva Amorim pela UFSC, intitulada “O gigante da enciclopédia: o Almirante Carlos da Silveira Carneiro e a Enciclopédia de Santa Catarina”. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/251398>

breve, tanto no tamanho do texto quanto na duração das informações e interpretações apresentadas.⁹ Nesse sentido, a trajetória profissional de Peruffo serve como fio condutor do capítulo. São também analisadas suas obras, desde publicações em periódicos até livros, com o objetivo de contextualizar aspectos críticos de seus escritos e compreender como sua vida profissional dialogava com seu posicionamento político.

O segundo capítulo apresenta uma contextualização geral sobre a censura literária, abordando sua presença em diferentes períodos históricos e contextos políticos, e discutindo as formas de controle e repressão sobre a circulação de ideias e livros. Na sequência, a obra *Madeirópolis* é analisada partindo de uma síntese dela e da abordagem de alguns trechos que destacam o conteúdo crítico da narrativa, buscando com isso compreender de que forma o livro se tornou alvo da censura a partir dos elementos narrativos que motivaram sua proibição. Por fim, explora-se a discussão da censura nos periódicos da época, relacionando o caso particular de *Madeirópolis* a um panorama mais amplo da censura literária no Brasil.

⁹ VILAS-BOAS, Sérgio. **Perfis: e como escrevê-los**. São Paulo: Summus, 2003.

2 ITALINO PERUFFO: UM PERFIL

Este capítulo tem como objetivo traçar um perfil biográfico de Italino Peruffo, buscando compreender sua trajetória pessoal, profissional e intelectual a partir das múltiplas esferas em que atuou, como professor, contador, jornalista, escritor e militante de ideias sociais. Permitindo observar como suas publicações e suas relações circularam em diferentes espaços da imprensa e da cultura dialogando com o contexto histórico, político e cultural do Brasil das décadas de produção de 1940 a 1980, apresentando mais do que apenas uma cronologia dos fatos de sua vida.

Italino Peruffo, filho de Alexandre Peruffo e Luiza Mancalossi Peruffo, nasceu no dia 16 de dezembro de 1921 na província de Nova Vicenza, atual município de Farroupilha no estado do Rio Grande do Sul,¹⁰. Descendente de imigrantes italianos e filho de agricultores, Peruffo viveu sua infância envolto nas atividades do campo e da viticultura¹¹. Deste modo, seus primeiros estudos estavam inseridos nesse meio. Mais tarde, chamado para o serviço militar, se muda para a cidade de Garibaldi, onde matricula-se na Escola de Instrução Militar, anexa ao Instituto Comercial Santo Antônio, terminando o ensino primário¹².

Estabelecido na cidade de Caxias do Sul, aos 25 anos, torna-se professor de português no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), instituição em que também atuou como assistente social¹³. Enquanto trabalhava durante o dia, ele dedica as noites aos estudos, e assim, em 1946 formou-se contador na Escola Técnica de Comércio do Ginásio do Carmo de Caxias do Sul¹⁴. No ano seguinte, passa a fazer parte da diretoria do Círculo Operário Caxiense (instituição de caráter assistencialista em prol dos trabalhadores, atual Círculo Saúde), atuando como tesoureiro geral e encarregado da contabilidade¹⁵.

É também na década de 1940, que Italino Peruffo inicia sua atuação como colaborador e colunista de jornais. Sua atividade como escritor teve início com a colaboração para o Jornal *O Momento* de Caxias do Sul. Esse semanário tinha a redação na sede do Círculo Operário

¹⁰"Farroupilha, Rio Grande do Sul, Brazil registros," Imagens, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-L9LX-N9CG-J?view=index> : 18 de ago. de 2025), imagem 154 de 2297; Farroupilha (Rio Grande do Sul). Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais.

¹¹"Italino Peruffo". In: Martins, Mário Ribeiro. *Dicionário Biobibliográfico Regional do Brasil*. Usina das Letras, 2003

¹² Ibidem.

¹³ "Nomeado Assistente Social do SENAI o professor Italino Peruffo". *O Momento*, 31/05/1947

¹⁴ "Contadorandos de 1946". *O Momento*, 14/12/1946

¹⁵ "O Círculo Operário Caxiense tem nova diretoria". *O Momento*, 22/03/1947

Caxiense, deste modo, Peruffo chega a assumir como redator-chefe e articulista¹⁶, concomitante com seu cargo de contador. Em 1949 passou no concurso do Banco do Brasil, realizado em Porto Alegre, sendo designado para atuar como bancário em Santa Catarina, na cidade de Rio do Sul, permanecendo no estado por cerca de dez anos¹⁷.

Figura 2 — Foto de Italino em Jornal



Fonte: Jornal *O Momento* - Caxias do Sul RS, 07/06/1947

Italino Peruffo casou-se com Izena Gobbato, filha de Rústico Gobbato e Carolina Gobbato, no dia 29 de setembro de 1949, na cidade de Farroupilha - RS.¹⁸ Os dois oriundos de família de colonos italianos, viveram e cresceram na mesma cidade, deste modo se conheciam desde a infância. Após o casamento, e com a nomeação de Peruffo para trabalhar no Banco do Brasil, o casal muda-se para a cidade catarinense de Rio do Sul. Lá permanecem até o ano de 1953, quando Peruffo é transferido para a cidade de Joaçaba, também no estado de Santa Catarina. É nesta cidade que nasceram dois filhos do casal: Vanio Peruffo (22/09/1953) e Vanir Peruffo (21/10/1955). No ano de 1960, a família muda-se para a cidade de Curitiba, no estado do Paraná, onde permanecem por cerca de cinco anos, ali nasceu o terceiro filho, Valci Peruffo (03/06/1960). Em 1964, logo após o golpe civil-militar, Peruffo é transferido para a

¹⁶ *O Momento*, 07/06/1947

¹⁷ "Italino Peruffo". In: Martins, Mário Ribeiro. *Dicionário Biobibliográfico Regional do Brasil*. Usina das Letras, 2003

¹⁸ "Izena-Italino"- *O Momento RS*, 01/10/1949

cidade de Anápolis no estado de Goiás, permanecendo ali até o ano de 1972, quando migra para a cidade mineira de Itajubá. No ano de 1977, ele é destinado para atuar na agência Paraíso na cidade de São Paulo, ficando na cidade até o ano que se aposentou, em 1982, quando retornou para a capital paranaense.¹⁹

Figura 3 — Foto de Italino, Izena e o primeiro filho, Vanio.



Fonte: Acervo da família Peruffo

Figura 4 — Italino em Joaçaba - SC (1953)



Fonte: Acervo da família Peruffo

¹⁹ "Italino Peruffo". In: Martins, Mário Ribeiro. *Dicionário Biobibliográfico Regional do Brasil*. Usina das Letras, 2003

Durante o período em que residiu em Joaçaba, Italino Peruffo publicou seu primeiro romance, *O Órfão*, em 1955, pela Editora Sulina, de Porto Alegre. Três anos depois, em 1958, lançou *Madeirópolis*, pelas “Edições Unidade”, de Florianópolis. Apesar de ser uma obra de ficção, o livro denunciava a exploração da madeira no Alto Vale do Itajaí, fato que desencadeou grande controvérsia e culminou em sua censura.²⁰

Seu primeiro lançamento foi divulgado e comentado pela imprensa local e nacional, o que demonstra o reconhecimento e interesse que sua obra despertou no meio cultural e jornalístico. Em 12 de outubro de 1962 foi publicado no jornal “O Estado” de Florianópolis, uma relação dos livros de escritores catarinenses mais vendidos na Feira do Livro daquele ano, e o livro “O Órfão” de Italino Peruffo ocupa a décima quarta posição. No periódico “Vida Esportiva” de Caxias do Sul, no número 50 do dia 13 de março de 1955, Manuel Carmona Gallego, Juiz de direito de Joaçaba, escreve um comentário acerca da publicação do livro “O Órfão”. Gallego destaca a importância literária e social do livro, considerando-o um marco na literatura por abordar com realismo e sensibilidade os problemas humanos e sociais da região de Caxias do Sul. Sendo o livro de estréia de Italino Peruffo no mundo da ficção, Gallego elogia sua narrativa, classificando-a como uma história comovente e de forte conteúdo moral, que retrata as dificuldades e injustiças enfrentadas pelos mais pobres, especialmente pelas crianças órfãs, vítimas das desigualdades sociais e de um sistema educacional falho. O juiz ressalta que, embora revele aspectos duros da vida, de uma das mais progressistas cidades da zona colonial italiana no Rio Grande do Sul, o livro transmite uma mensagem otimista, ao mostrar que o esforço, o trabalho e a esperança podem levar à superação das adversidades.

Anos depois, já morando na capital paranaense, em 1961, publicou “Barões de Quintal” e em 1962 publica juntamente com Anton Dalla Costa, o livro “Juízo Final”, ambos pela Editora Grillo de Curitiba. Em 1964, lançou o romance “Entre o Rio e a Montanha” pela Editora Edaglit de São Paulo. O jornal “O Semanário” do Rio de Janeiro, na edição de número 310 do dia 22 de novembro de 1962, informa sobre o lançamento do livro “Juízo Final” de Italino Peruffo e Anton Dalla Costa, pela editora Grilo. O jornal recomenda a leitura aos seus leitores e transcreve dois trechos do livro, assinados por cada um dos autores da obra. O jornal “Última Hora” do Paraná, também faz menção ao lançamento de “Juízo Final”, no dia 24 de agosto de 1962, escrevem que o livro, escrito por um professor e um bancário, é

²⁰ Lencina, Daiana Castoldi. *Camarada Aldo Pedro Dittrich: trajetória profissional, política e repressão (1950-1964)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011, pp. 85-88

uma “tentativa de incorporar a nova tendência de uma arte brasileira não alienada”, e que seria de fácil entendimento e absorção pela população geral.

Na edição do dia 18 de fevereiro de 1971 do jornal “O Estado” de Florianópolis, é publicado um edital informando que a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho e Previdência Social em Santa Catarina, com base nas disposições do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, decreto este que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, estabelecendo regras para o exercício livre da profissão, definindo as atividades jornalísticas e a necessidade de registro, advertindo que foram cancelados o registro de Jornalista Profissional de Italino Peruffo, entre outros nomes relacionados no edital. Com isso, Peruffo perseguido por suas posições políticas, deixa de atuar profissionalmente como jornalista.

Na década de 1970, morando em Minas Gerais, Peruffo publica o livro “Jirau” pela Editora Artenova do Rio de Janeiro (1972), e, em 1975, pela Editora Global de São Paulo, publica os livros “Mulher sem Véu” e “Data Vênia”. O “Suplemento Literário” do jornal O Estado de São Paulo, no número 787 de 27 de agosto de 1972, na coluna de *Livros Novos* informa acerca do lançamento do livro de contos “Jirau” de Italino Peruffo e assinala a simpática habilidade do autor em contar histórias. Já vivendo na capital paulista, no ano de 1981, Peruffo publica o livro “Napiê” também pela editora Global.

A partir de 1982, retornando para Curitiba, já aposentado de sua profissão como bancário e como jornalista, Peruffo destacou-se como difusor da Eubiose. Segundo o site da Sociedade Brasileira de Eubiose (SBE), trata-se de uma filosofia e prática que busca a harmonia entre o indivíduo e o universo, promovendo o equilíbrio físico, mental e espiritual. A SBE foi fundada em 1921 por Henrique José de Souza e sua esposa Helena Jefferson de Souza, e tem como proposta viver em harmonia com as leis universais, desmistificando o esoterismo e valorizando o crescimento coletivo.²¹ Assim, ele foi um dos fundadores da seção local da SBE em Curitiba. Peruffo era o proprietário de uma sala comercial no centro da cidade, e lá mantinha como seu escritório, escrevendo seus textos, e usava desta sala para a atuação da Sociedade, sendo um dos primeiros instrutores. Publicou 34 textos durante o segundo semestre de 1981 e primeiro semestre de 1982 no jornal “Diário do Paraná”. Mais tarde acrescentou outros 15 artigos, totalizando 49, dispondo-os no seu último livro publicado, o livro “Sol no Ocidente”, pela editora Beijaflor, em 1983. Além disso, produziu

²¹ Para saber mais, sugiro buscar o endereço eletrônico da SBE, disponível em: <https://eubiose.org.br>.

mais de 150 monografias sobre o tema, que se tornaram manuais de referência para outros núcleos espalhados pelo território brasileiro.²²

Figura 5 — Italino tomando chimarrão na biblioteca de sua casa em Curitiba (1986)



Fonte: acervo da família Peruffo

²² "Coluna Italino Peruffo". In: *Sol no Ocidente*, Informativo do Departamento Regional de Curitiba Sociedade Brasileira de Eubiose, Junho/ Julho 2007; Ano 5, nº 30.

Figura 6 — Perfil de Italino Peruffo (imagem recuperada com uso de IA)



Fonte: Informativo da SBE de Curitiba²³

Italino Peruffo faleceu no dia 13 de janeiro de 1992, às 6 horas, em sua residência, com a idade de 70 anos, sendo vítima de insuficiência cardíaca congestiva, cardiomiopatia dilatada e diabetes melittus.²⁴ Seu corpo foi sepultado no cemitério Jardim da Saudade I, localizado em Curitiba. Atualmente, é homenageado por meio de uma rua que leva seu nome na capital paranaense.

²³ "Coluna Italino Peruffo". In: *Sol no Ocidente*, Informativo do Departamento Regional de Curitiba Sociedade Brasileira de Eubiose, Junho/ Julho 2007; Ano 5, nº 30.

²⁴"Bacacheri, Curitiba, Paraná, Brazil registros," Imagens, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9396-87S7-K?view=index> : 18 de ago. de 2025), imagem 296 de 2403; Curitiba (Paraná). Registro Civil.

Figura 7 — Lápides de Italino e Izena em Curitiba



Fonte: Acervo da família Peruffo

Figura 8 — Residência de Italino Peruffo em Curitiba



Fonte: Acervo da família Peruffo²⁵

²⁵ Residência situada na R. Prof. Dr. Duílio Anibal Calderari, 412 - Hugo Lange - Curitiba PR

2.1 PERUFFO E PUBLICAÇÕES EM JORNAIS

Os escritos de Italino Peruffo devem ser compreendidos dentro do contexto político da redemocratização brasileira iniciada em 1945. A deposição de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo abriram espaço para a reorganização partidária, para a ampliação da participação política e para o fortalecimento de debates acerca dos rumos do desenvolvimento nacional. Entretanto, como destaca David Ricardo Ribeiro (2025)²⁶, esse período esteve longe de representar uma democracia consolidada, sendo marcado por disputas constantes em torno da definição dos limites da própria democracia brasileira. Diferentes grupos sociais defendiam projetos distintos para o país, envolvendo questões como direitos trabalhistas, participação popular, papel do Estado na economia, reforma agrária e organização sindical.

Nesse cenário, a imprensa assumiu papel fundamental como espaço de circulação de ideias e de intervenção política. Jornais e periódicos tornaram-se importantes instrumentos de formação da opinião pública e de defesa de projetos políticos concorrentes. Foi nesse ambiente que Italino Peruffo desenvolveu sua atuação intelectual, utilizando os jornais como espaço para refletir sobre questões sociais, políticas e culturais.

Entre as décadas de 1940 e 1950, como já citado, Peruffo manteve assídua colaboração ao Jornal “O Momento” de Caxias do Sul. Em consulta ao arquivo da Hemeroteca Digital Catarinense, o nome “Italino Peruffo” retornou cerca de 150 resultados neste periódico. Peruffo mantinha publicações neste jornal entre os anos de 1945 a 1951, com uma variada gama de assuntos abordados, como temas sociais, políticos, econômicos e culturais. Segue explicados alguns destes textos, para exemplificar como suas publicações eram heterogêneas.

No número 651 do dia 22 de setembro de 1945, em um texto de nome “Luta que não deve Cessar” Italino Peruffo defende a ideia de que todos os homens têm direitos e deveres “proporcionais à sua condição”, e que a verdadeira justiça social depende do equilíbrio entre ambos. Ele expressou preocupação com a situação dos operários brasileiros, que estariam perdendo seus direitos diante da indiferença por parte da sociedade. Nesse sentido, propõe uma luta importante pela valorização do trabalhador e faz um apelo para que os próprios trabalhadores se unam em defesa de seus direitos e na melhoria de suas condições de vida, em nome da construção de um Brasil mais justo e cristão.

²⁶ RIBEIRO, David Ricardo Sousa. 1945 - 1964: Democracy under constant dispute. **Revista de História**, São Paulo, n. 184, p. 1-32, 2025. DOI: [10.11606/issn.2316-9141.rh.2025.234034](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2025.234034). Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/234034>. Acesso em: 1 jun. 2026.

No mesmo jornal, Peruffo manteve uma coluna chamada “Coluna Circulista”, na qual apresentava informações de interesse dos operários, em um tom de editorial, apresentando sua opinião, como sendo a do periódico. No número 652 do dia 29 de setembro de 1945 o autor celebra a criação do Círculo Operário Caxiense, apresentando-o como uma instituição voltada à defesa e ao amparo dos trabalhadores. Ele vê o Círculo como uma “árvore que frutificará”, símbolo de solidariedade e fé no futuro, e conclama operários e funcionários a colaborarem na construção de uma sociedade mais fraterna e próspera.

Vale destacar que estes textos publicados por Peruffo voltados para trabalhadores dialogavam com uma das principais questões políticas da época. Conforme demonstra Ribeiro (2022)²⁷, a democratização brasileira foi acompanhada por um crescente processo de mobilização dos trabalhadores urbanos, que reivindicavam maior participação política e ampliação de direitos sociais. Dessa forma, a emergência dessas demandas geraram debates sobre a organização sindical, as relações de trabalho e o papel do Estado na mediação dos conflitos sociais.

Na Coluna Circulista do dia 12 de janeiro de 1946, número 667, Peruffo comenta a importância da encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, como fundamento moral e doutrinário da ação católica inovadora ao operariado. Ele explica que o documento, publicado em 1891, surgiu como resposta cristã ao avanço do socialismo ateu. O autor defende que a obra continua atual e essencial para orientar as relações entre capital e trabalho, agradecendo aos colaboradores do Círculo e incentivando a continuidade das ações sociais em favor dos trabalhadores. Nas edições seguintes, Peruffo publica nesta coluna a encíclica na íntegra, para que cada leitor possa ter acesso a esse documento que Peruffo considera tão importante.

Em um texto publicado no número 670 do dia 2 de fevereiro de 1946, intitulado “Interpretando a Vontade Popular”, de maneira mais leve e cotidiana, Peruffo relata episódios envolvendo ataques de cachorros soltos nas ruas de Caxias do Sul. O autor relata uma situação de uma idosa que foi atacada por um cão, e que “a transeunte teve que pular, ora de um lado, ora de outro, lutando contra o animalzinho, que parecia querer ajustar contas com a pobre mulher”. A partir de casos reais e pessoais, ele faz um apelo público para que os donos de animais tenham mais responsabilidade, evitando riscos à população. O texto combina

²⁷ RIBEIRO, David Ricardo Sousa. *A transição para a democracia no Brasil (1943-1946): o PCB, os trabalhadores e a construção de um caminho alternativo*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

humor e crítica social, mostrando a preocupação do autor com o bem-estar e a convivência comunitária.

”Eco de um povo” é um texto que saiu no número 673 de 23 de fevereiro de 1946, no qual comentando a reabertura do Parlamento após o Estado Novo, Peruffo celebra o retorno da democracia e deposita confiança nos novos representantes eleitos. Ele cobra dos deputados e senadores uma atuação independente de políticas de paixões e orientação ao bem comum. O autor enfatiza a urgência de leis sociais justas e condena qualquer indiferença diante dos problemas do povo, afirmando que o Brasil precisa de medidas concretas para garantir dignidade e igualdade aos trabalhadores.

Em 27 de abril de 1946, no número 682, em um texto com teor reflexivo, com o título de “Recordando”, Peruffo fala sobre o tempo e a nostalgia da infância, contrastando a pureza de outrora com a corrupção moral do mundo adulto. Ele critica as ideologias que perturbam a consciência coletiva e defende que o ser humano deve agir de modo a deixar boas lembranças e não lamentações. O texto tem tom moral e filosófico, ressaltando a importância de viver com paciência e consciência do bem.

Peruffo também escrevia uma coluna chamada “Vida Rural”, na qual ele abordava aspectos da vida dos colonos e agricultores. Na edição de número 715, do dia 21 de dezembro de 1946, Peruffo escreve acerca da importância do cooperativismo como caminho para fortalecer a economia rural e melhorar as condições de vida dos colonos. Ele lamenta a falta de confiança dos agricultores nas cooperativas e a crítica ao comércio dominado por interesses particulares. O autor defende que a união e a cooperação entre trabalhadores do campo são essenciais para o desenvolvimento coletivo e para uma economia mais justa e solidária.

Outra coluna que Peruffo escrevia em algumas edições, é o “Pensamento da Semana”. No dia 5 de abril de 1947, na edição 730, em tom poético e filosófico, Peruffo reflete sobre os efeitos da guerra mundial, afirmando que o mundo moderno nasceu “da bala de um fuzil”. Ele observa como a violência humana, iniciada por gestos individuais, moldou o destino das nações. Apesar do horror, sugere que novos tempos virão, comparando o fim da guerra à chegada da primavera que renova a vida. O texto expressa uma visão melancólica, mas esperançosa, sobre a capacidade humana de assistência.

Após a mudança de Caxias do Sul para Porto Alegre, em 1949 e em seguida para Rio do Sul em Santa Catarina, Peruffo continua a sua colaboração para o jornal, mantendo uma

coluna chamada “Bilhete de Porto Alegre”, no qual ele dava notícias da capital gaúcha e a partir de 1950 ele escreve uma coluna chamada “Grãos Esparsos”, que era um “você sabia?” em que ele apontava curiosidades e informações gerais de várias áreas do saber.

Após mudar-se para Santa Catarina, Peruffo manteve sua atuação na imprensa, agora colaborando com o jornal “A Nação”, de Blumenau. Se, em “O Momento”, predominava uma escrita voltada para a questão do operariado, agora sua produção assume um tom mais crítico e literário. As colunas que assinava mostram um autor que passa a discutir com maior profundidade o papel da arte e da cultura na formação social, ampliando o alcance de suas reflexões para além do ambiente operário que estava inserido no Rio Grande do Sul.

Em consulta ao arquivo da Hemeroteca Digital Catarinense, o sobrenome “Peruffo” retornou cerca de vinte resultados no Jornal “A Nação” de Blumenau, dirigido por Maurício Xavier. Dentre os retornos, estão escritos de autoria de Italino Peruffo e menções à ele. Peruffo mantinha uma coluna neste jornal, chamada de “Literatura em pequenas doses”, na qual ele escrevia sobre livros já publicados ou opinava sobre algum literato em voga.

Em 25 de junho de 1952, no número 21 de “A Nação”, Peruffo escreve nesta coluna um texto de nome “Retrato”, em que ele lamenta o retrato da literatura no Brasil, em que há um contraste entre uma literatura restrita às elites, como na época de Machado de Assis, com a superficialidade do presente. Ele diz que o romancista atual precisa escolher entre seguir seus princípios, e defender causas sociais, ou sacrificar suas ideias e se vender aos mais ricos, e abandonar suas causas, para buscar lucros.

O “Literatura em pequenas doses”, assinado por Peruffo, aparece mais três vezes. No número 44 de 22 de julho de 1952, o autor escreve sobre a cidade de Porto Alegre que está dando prêmios para iniciativas artísticas e critica as cidades catarinenses que deveriam seguir o exemplo da capital gaúcha, pois, ele escreve ainda, somente o senso artístico restaura a fé e a vida social de um povo. Na edição número 71 de 23 de agosto de 1952 é publicado o mesmo texto que saiu na décima sétima edição da Revista Sul, do Grupo Sul. Nesse texto, Peruffo escreve sobre um livro que saiu pelas Edições Sul, de nome “A Ponte” e foi organizado por Salim Miguel, que é um apanhado de poemas e versos do escritor Antônio Paladino, que morreu precocemente aos 24 anos, vítima de tuberculose. Peruffo lamenta a morte de Paladino e enaltece a sua trajetória e seus escritos. Em 25 de setembro de 1952, na edição número 98, sai uma publicação intitulada “Advertências”, em que ele escreve sobre o livro *A Romana* de Alberto Moravia. Segundo o autor, esse livro teria sido condenado pelo tribunal

católico por seu conteúdo vulgar, mas que mostrava uma realidade, e ele critica afirmando que não se deve condenar uma obra por mostrar a realidade. Italino Peruffo escreve que “sabendo-se que a literatura é arte, e quando realista tem como fim principal retratar vidas, não se vê o porquê da condenação”. É interessante como anos mais tarde, Peruffo teria uma obra sua sendo censurada justamente por retratar em sua narrativa eventos comuns à uma realidade.

Todas essas contribuições para o *A Nação*, Peruffo escreveu enquanto morava em Rio do Sul. No ano seguinte, em 1953, quando já havia se mudado para a cidade de Joaçaba, ele continua a escrever para o jornal, no entanto é possível perceber que há uma mudança no tipo de publicações, agora seus textos apresentam um aspecto mais político e crítico sobre a sociedade que estava inserido.

No número 34 do ano dez do jornal, em 1953, Italino Peruffo em seu texto “O Verbo e os Fatos” faz uma crítica ao governo de Getúlio Vargas e as inconstâncias e ao oportunismo dos políticos brasileiros, usando a figura do político José Américo de Almeida como exemplo. Peruffo expõe a imagem de José Américo como um político que repetidamente mudou de lado, indo de forte opositor a colaborador de Getúlio Vargas, seguindo apenas o sopro dos “ventos” políticos. Peruffo escreve sobre uma crise ética na nação e torna ingênua qualquer esperança de salvação nacional depositada nesse tipo de conduta.

As críticas formuladas por Peruffo à atuação dos políticos e aos problemas enfrentados pela sociedade brasileira também podem ser compreendidas a partir das tensões que marcaram a experiência democrática inaugurada pela Constituição de 1946. Durante a década de 1950, o país foi caracterizado por frequentes disputas em torno dos limites da participação política, da ampliação dos direitos sociais e da implementação de reformas consideradas necessárias para o desenvolvimento nacional. Nesse cenário, questões como corrupção, desigualdade social, direitos dos trabalhadores e participação popular encontravam-se no centro dos debates políticos.²⁸

É possível perceber a importância que Peruffo dava à leitura. Um exemplo disso é uma publicação do Jornal “A Nação” de 14 de fevereiro de 1953, em que ele fala sobre como a ignorância é um mal que está instaurado na sociedade, e sobretudo na cidade de Rio do Sul, que ele vivia, não era diferente. E para essa “doença” a “cura” seria através da literatura.

²⁸ RIBEIRO, David Ricardo Sousa. 1945 - 1964: Democracy under constant dispute. **Revista de História**, São Paulo, n. 184, p. 1-32, 2025. DOI: [10.11606/issn.2316-9141.rh.2025.234034](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2025.234034). Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/234034>. Acesso em: 1 jun. 2026.

Em uma matéria escrita por Peruffo e publicada no dia 21 de outubro de 1954, de nome “De Seca a Meca Encruzilhada”, o escritor fala sobre a situação econômica do país e sobre a morte do Presidente Getúlio Vargas. No texto, ele reflete sobre o contexto político e econômico que levou ao suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, e interpreta o episódio como resultado de uma grave crise econômica e de perdas sociais acumuladas. O autor argumenta que as “revoluções” e rupturas políticas são frequentemente causadas por problemas econômicos e pela má administração das elites no poder. Além disso, Peruffo afirma que o acontecimento evitou um conflito mais sangrento e permitiu uma transição de governo, mas que o país vivia um momento de estagnação e desconfiança. O autor defende que, diante disso, a nova liderança de Café Filho e seu ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, deveriam buscar restaurar a moral, a confiança e promover uma política econômica de austeridade e famílias nacionais. Apesar disso, Peruffo assume um tom esperançoso, pedindo que a população confie nas novas autoridades para superar o caos deixado pela crise getulista.

No texto “Pausa”, publicado na edição número 791 do dia 21 de novembro de 1954, Peruffo faz uma crítica à influência do poder econômico na política brasileira. Ele observa que o dinheiro está acima do talento e do conhecimento, corrompendo o processo eleitoral e transformando a política em uma “farsa” voltada a interesses pessoais e particulares. Para ele, o Brasil enfrentou três crises interligadas: de pensamento, política e economia, todas decorrentes da falta de ética, do desrespeito à cidadania e da má condução dos governantes. Peruffo defende uma reforma profunda, não apenas do Código Eleitoral, mas também da mentalidade nacional, argumentando que a legislação e o governo têm sido ineficazes e afastados das reais necessidades do povo, especialmente da população pobre e analfabeta.

Os escritos de Peruffo para o *A Nação* no início da década de 1950 coincidiram com um momento de tensão política no país. Em 1950, Getúlio Vargas retornava ao poder pela via eleitoral, inaugurando um governo marcado pelo nacional-desenvolvimentismo e pelo acirramento dos conflitos entre capital nacional e interesses estrangeiros. A criação da Petrobrás, em 1953, sintetizava esse espírito de um Brasil que buscava controlar seus próprios recursos, mas que ao mesmo tempo via crescer a oposição de setores conservadores e militares. É nesse clima que é possível perceber como Peruffo passou a escrever com um tom mais crítico e literário, como se ele também tivesse ampliado seu olhar sobre as demais regiões do país. Seus textos agora deixam de se concentrar quase exclusivamente nas questões operárias e passam a dialogar com debates mais amplos sobre cultura, política e o papel da imprensa numa sociedade marcada pela desigualdade. O artigo que aborda o suicídio de

Vargas é um bom exemplo dessa mudança, Peruffo vê o episódio não como um fato isolado, mas como sintoma de uma crise econômica e moral mais profunda, o que revela que o autor já não se contenta em apenas registrar o mundo, mas busca compreendê-lo e julgá-lo.

Além desses, para o Jornal “O Semanário” do Rio de Janeiro, Italino Peruffo teve alguns textos publicados, nos quais ele expressava sua opinião sobre questões do campo político e social. No artigo “República Sindicalista”, publicado no nº 348 de 29 de agosto a 4 de setembro de 1963, o autor critica duramente os grupos privilegiados que espalharam o temor de que os trabalhadores desejavam instaurar uma “república sindicalista” no Brasil. Peruffo afirma que essa ideia era um fantasma político criado pelas elites para desacreditar as reivindicações operárias e frear avanços sociais. Segundo ele, os trabalhadores não buscavam tomar o poder nem subverter a ordem, mas sim melhores condições de vida, justiça social e participação política legítima dentro da democracia, afirmando que a única reivindicação do Movimento Sindical Brasileiro é o direito de participar do poder proporcionalmente do valor produtivo. O autor condena a manipulação da opinião pública por parte daqueles que se beneficiam da desigualdade e que tratavam qualquer movimento operário como ameaça comunista ou desordem social. Peruffo argumenta que o verdadeiro problema não estava nos sindicatos, mas nos setores “conservadores” que, por medo de perder privilégios, distorciam as demandas populares e bloquearam reformas necessárias ao desenvolvimento do país.

No número 340, de 4 a 10 de julho de 1963, Peruffo publica no “O Semanário” um texto intitulado “Reforma Agrária”, no qual ele analisa criticamente o debate sobre a redistribuição de terras no Brasil, abordando tanto seus fundamentos econômicos quanto suas implicações sociais e políticas. O autor reconhece a necessidade de corrigir injustiças históricas na estrutura fundiária, mas adverte que a reforma agrária não deve ser conduzida de forma precipitada ou baseada em motivações ideológicas, sob pena de gerar novos desequilíbrios e comprometer a produtividade agrícola. Para ele, a verdadeira reforma deve conciliar justiça social com eficiência econômica, garantindo que a terra seja utilizada por quem tenha capacidade e meios de torná-la produtiva. Peruffo ressalta ainda que a Constituição assegura o direito de propriedade, mas impõe-lhe uma função social que precisa ser respeitada e aplicada com prudência. Critica, portanto, as soluções defendidas pelos movimentos no campo e pela base janguista, que pretendem resolver o problema agrário por meio de simples expropriações, defendendo, em vez disso, políticas que promovam a educação rural, o crédito agrícola e a valorização do trabalho no campo.

Quando Peruffo passou a colaborar com *O Semanário*, do Rio de Janeiro, o Brasil vivia um dos períodos mais turbulentos de sua história republicana. A renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e a posse de João Goulart após intensa resistência militar haviam polarizado o país entre reformistas e conservadores. O governo de João Goulart (Jango) de 1961 a 1964, comprometido com as chamadas reformas de base, que incluíam a reforma agrária, o controle do capital estrangeiro e a ampliação dos direitos trabalhistas, era visto com desconfiança crescente por setores das forças armadas, da Igreja e das elites econômicas, que enxergavam no reformismo uma porta de entrada para o comunismo.²⁹ Os textos de Italino Peruffo nesse período refletem diretamente esse contexto: ao defender a reforma agrária com cautela e ao denunciar o uso do medo ao sindicalismo como estratégia das elites para impedir avanços sociais, ele se colocava ao lado das forças reformistas, sem, contudo, ultrapassar os limites da ordem democrática vigente.

Ao longo de quase duas décadas de colaboração com a imprensa, é possível observar uma trajetória de “amadurecimento intelectual” de Italino Peruffo. Se em seus primeiros textos para “O Momento” predominava uma escrita voltada mais diretamente ao operariado, marcada por um tom doutrinário e por forte influência do pensamento social católico, sua passagem por diferentes cidades e periódicos foi ampliando o escopo de suas reflexões. A experiência em “A Nação” revelou um autor mais afeito à crítica literária e cultural, capaz de dialogar com o campo intelectual catarinense e de se posicionar sobre os rumos da literatura brasileira. Já em seus últimos textos, publicados em “O Semanário”, nota-se um escritor politicamente mais maduro, que discute com desenvoltura temas centrais do debate nacional, como a reforma agrária e o sindicalismo, sem abandonar o compromisso com a justiça social que marcaram seus primeiros escritos. Assim, a trajetória de Peruffo na imprensa não apenas acompanha as transformações políticas do Brasil entre 1945 e 1964, mas também evidencia a construção progressiva de uma voz autoral cada vez mais engajada e crítica.

2.2 PERUFFO E A REVISTA SUL

Através de sua atuação e repercussão na imprensa, é possível perceber que no início da década de 1950, Italino Peruffo já havia consolidado uma presença ativa no cenário cultural do Sul do país. Sua inserção em redes de sociabilidade intelectual, especialmente por meio de publicações literárias e jornais, demonstra como sua atuação ultrapassava os limites do ofício bancário e dialogava com o movimento modernista catarinense. É nesse contexto que se

²⁹ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

inscreve sua participação na Revista Sul, uma das principais expressões do modernismo em Santa Catarina.

No final da década de 1940, um grupo de intelectuais catarinenses interessados em trazer os movimentos modernistas para a região sul do país, constitui na cidade de Florianópolis, o Círculo de Arte Moderna. Assim, Salim Miguel, Eglê Malheiros, Ody Fraga e Silva, Antônio Paladino e Aníbal Nunes Pires dão início às atividades do grupo em 1947, com a finalidade de produzir e propagar o modernismo, até então dito pelo grupo como desconhecido nas terras catarinenses. No ano seguinte, em 1948, o grupo passa a publicar a “Revista Sul” como meio de divulgação. Vários intelectuais, brasileiros e estrangeiros, assinaram e tiveram participações nas publicações da revista ao longo de suas trinta edições. Foi por meio dessas publicações que o grupo se tornou conhecido no Brasil e no mundo, fato que fez com que o Círculo de Arte Moderna ficasse conhecido simplesmente como Grupo Sul.³⁰

O nome de Italino Peruffo aparece nas edições 15, 16 e 17 da Revista Sul. As três edições são do quinto ano de publicação da revista, ou seja, no ano de 1952, e são publicadas nos meses de março, junho e outubro, respectivamente. A contribuição de Peruffo na revista se deu na seção de *notas e comentários* em que o autor escreveu uma página dando sua opinião sobre escritores e literatura.

Na décima quinta edição da revista, Peruffo lamenta a morte do escritor paulista Galeão Coutinho, falecido em um desastre aéreo em setembro de 1951. Peruffo afirma que Galeão foi reconhecido por seu humor, um estilo próprio e firmeza crítica, qualidades que o tornaram popular entre leitores e colegas. Escreve ainda que ele será lembrado por sua defesa da união dos intelectuais e da valorização da cultura nacional e, dessa forma, sua morte é apresentada como uma grande perda para a literatura e o jornalismo brasileiro. Peruffo assina esse texto com a cidade de Rio do Sul e é datado do dia 29 de outubro de 1951.³¹

Na edição seguinte, Peruffo homenageia o escritor Monteiro Lobato em sua publicação na Revista Sul. O texto de nome “O Gênio”, destaca a genialidade, visão crítica e contribuição à cultura brasileira de Lobato. O autor ressalta que Lobato foi tanto um grande escritor e editor, responsável por valorizar a literatura nacional, quanto um pensador

³⁰ DEBASTIANI, Gustavo. “**Meu caro Salim**”: a mediação cultural de Salim Miguel no contato com intelectuais de língua portuguesa na África (década de 1950). 2024. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2024

³¹ Revista Sul. 15 ed. p. 50

visionário, que defendeu a exploração do petróleo brasileiro quando o país ainda ignorava seu potencial. Peruffo termina o texto afirmando que “Monteiro Lobato morreu antes que seus vaticínios se realizassem”, mas que ele descansa confiante nas gerações futuras.³² Esse texto também foi escrito em Rio do Sul, sendo datado do dia 8 de março de 1952.

Italino Peruffo escreve na décima sétima edição, um texto em homenagem ao escritor catarinense Antônio Paladino, conhecido como Toninho, falecido aos 26 anos, que foi um dos fundadores do Grupo Sul. O texto faz menção à uma publicação que os “rapazes da Revista Sul” publicaram com os escritos de Toninho, como forma de homenageá-lo, intitulado “A Ponte”. Sobre Paladino, Peruffo destaca seu talento precoce, sua sensibilidade poética e a promessa de uma carreira literária interrompida pela doença. O escritor aponta nesse texto, que Paladino escreveu pouco, mas com profundidade e lirismo, e será lembrado como um jovem de espírito nobre e olhar filosófico. Peruffo lamenta a perda de alguém que, se tivesse vivido mais, teria deixado uma contribuição marcante para a literatura catarinense e nacional, descrevendo-o como uma “grande promessa” e um exemplo de dedicação à arte e à beleza das palavras.³³ Esse texto foi o mesmo que ele publicou no jornal *A Nação* de Blumenau, do dia 23 de agosto de 1952.

Apesar de seu nome aparecer em apenas três de um total de trinta edições publicadas ao longo da existência da Revista Sul, percebe-se que Peruffo foi um intelectual que mantinha relação com os artistas do Grupo Sul, uma vez que seu nome é citado nos agradecimentos da trigésima revista, em que é agradecido a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a existência da Revista Sul. Isso demonstra a circulação de seus escritos tinham, fazendo parte de uma rede de sociabilidade intelectual, e que é possível que tenha contribuído para um maior alcance de sua produção, devido à circulação da Revista à época.

2.3 PERUFFO E A DITADURA

Em 1964, com a idade de 42 anos, Italino Peruffo foi alvo das primeiras investidas dos militares, logo após o golpe civil-militar, ocorrido no dia 31 de março de 1964, que perseguiu a oposição e prendeu indivíduos identificados como subversivos pelo regime. Conforme documentação apresentada no número 391 do Projeto Brasil Nunca Mais, Peruffo prestou depoimentos ao DOPS de Curitiba no dia cinco de junho de 1964, ou seja, logo nos primeiros

³² Revista Sul 16 ed. p. 46

³³ Revista Sul ed.17 p.40

momentos após o golpe, depois em 1966 foi denunciado e acusado no “Processo dos Bancários”, e no ano seguinte, em 1967, foi excluído da denúncia.

Seu enquadramento, em 1964, bem como as acusações dos anos seguintes, foram legalmente atribuídas pelo inciso nº 3 do Artigo 2º da Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1953, combinado com o Artigo 33 do Código Penal Militar (CPM). A Lei número 1.802 define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e no inciso terceiro do artigo segundo, é estabelecido que é crime contra o Estado tentar “mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional”(BRASIL, 1953, Art. 2 I3). O artigo 33 do CPM estabelece as definições de crime, diferenciando entre crime culposo e crime doloso. Além disso, o enquadramento estava ligado ao Artigo 7º do Ato Institucional número 1 de 1964, que previa a suspensão temporária das garantias de estabilidade e vitaliciedade, autorizando a demissão, aposentadoria ou afastamento de servidores considerados uma ameaça à segurança nacional ou ao regime recém-instalado (BRASIL, 1964, Art. 7).

Segundo o inquérito, Peruffo manifestava ideias socialistas, sendo um líder intelectual e pertencente ao PCB (após 1961 denominado Partido Comunista Brasileiro) e era favorável às reformas de base propostas pelo governo Goulart.³⁴

Italino Peruffo não foi preso, apenas foi interrogado e depois liberado. O interrogatório foi realizado no dia cinco de junho de 1964, no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), da 5ª Região Militar de Curitiba. Esse prédio foi usado pelos militares para interrogar subversivos e, no período mais duro da ditadura, foi um local de prisões e torturas de presos políticos. No “Termo de perguntas ao indiciado”, que faz parte do acervo do projeto Brasil Nunca Mais, demonstra que Peruffo foi questionado sobre supostas ligações com o comunismo e sua participação em entidades e movimentos considerados subversivos, como o Instituto Cultural Brasil-Cuba.

Questionado, Peruffo confirmou ser filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)³⁵, no entanto negou qualquer envolvimento comunista. Ainda declarou não aceitar a concepção materialista da história, pois se considera um homem de fé e espiritualista, e confessaria caso fosse comunista. Indagado ainda se suas obras literárias continham ideias ou pensamentos de

³⁴ Projeto Brasil Nunca Mais (391)

³⁵ Pela ligação do PTB com os sindicatos, fica explicitada a filiação de Italino ao partido, mesmo sendo um crítico do Governo Vargas, como analisado em seus artigos.

caráter subversivo, respondeu que, não sendo adepto do comunismo, jamais procurou introduzir em seus livros qualquer conteúdo inspirado na ideologia marxista.

Ao ser questionado sobre o Instituto Cultural Brasil–Cuba, que tinha como finalidade o intercâmbio cultural entre os dois países, Peruffo afirmou ter conhecimento de sua existência, mencionando inclusive que chegou a contribuir com algumas mensalidades no valor de cem cruzeiros e a doar livros para a formação da biblioteca da instituição. Esclareceu, contudo, que sua compreensão sobre o Instituto limitava-se ao caráter cultural indicado pelo próprio nome. Declarou ainda jamais ter participado de reuniões nem possuir conhecimento de que seu nome tenha sido cogitado para qualquer cargo de direção.

Vale destacar, que em outro documento, datado de 5 de maio de 1967, que foi elaborado pelo Comando da 5ª Divisão de Infantaria do Exército Militar Brasileiro, sediado em Curitiba, e encaminhado ao Serviço Nacional de Informações (SNI), com o assunto “Instituto Cultural Brasil–Cuba”, descreve a relação dos nomes que foram indicados para compor a direção do Instituto em 1962, o nome de Italino Peruffo aparece como integrante da Direção Cultural do Instituto Cultural Brasil–Cuba, o que demonstra que, apesar de sua declaração de não conhecer a sua nomeação, seu nome fez sim parte da lista de diretores apurada pelos militares.³⁶

Sendo questionado sobre o motivo de ter assinado uma lista eleitoral em favor do PCB, Peruffo confirmou sua assinatura, mas esclareceu que o documento em questão não se tratava de uma lista eleitoral, e sim de um pedido de registro do partido. Explicou que os trabalhistas eram frequentemente confundidos com comunistas, o que constituía uma estratégia eleitoral recorrente e eficaz utilizada pelos adversários do PTB. Diante disso, quando surgiu a campanha pelo registro legal do partido comunista, formou-se no interior do PTB um espírito de colaboração, com o objetivo de separar e distinguir as duas correntes políticas, e, por essa razão, afirmou ter assinado o pedido de registro. Acrescentou ainda compreender que uma ideologia deve ser enfrentada apenas por meio de outra ideologia, assim como uma filosofia se contrapõe a outra, e jamais pela via da repressão policial.

Nos momentos finais do termo de perguntas, consta que Peruffo teria dito que para acabar de vez com o comunismo seria preciso resolver os problemas sociais dentro da ordem democrática, acabar com a miséria, a fome, a prostituição, a má distribuição das riquezas, o trabalho mal remunerado, entre outros problemas econômicos e sociais que dão impulso para

³⁶ Arquivo Cronológico de Entrada - ACE 003144/82

a ploriferação do comunismo. O interrogatório é encerrado com a afirmação de que Peruffo teria dado declarações por livre vontade, não havendo coação psicológica ou física para a obtenção das respostas. Evidentemente que não há como saber se houve ou não alguma forma de coerção, ameaça ou violência durante o tempo que o escritor permaneceu junto dos militares, uma vez que o documento produzido por eles não irá revelar uma ilegalidade que pudesse comprometer o órgão emissor dele. Além disso, apenas o fato de ser intimado para prestar depoimento e ser interrogado por militares, já potencialmente causa um desconforto e descontentamento. No entanto, como nesse período a ditadura estava no início e ainda não havia se instaurado a tortura como instrumento do Estado, é possível considerar que esse processo tenha ocorrido de forma menos violenta.

No ano 1967, Peruffo respondeu ao processo nº 288 juntamente com outros bancários considerados simpatizantes ao comunismo³⁷. No processo são listados 25 réus, dentre eles, os seguintes foram excluídos da denúncia por força de “habeas-corpus” concedido pelo Superior Tribunal Militar (STM) em 1967: Rui Schimmelpfeng Sampaio, Nereu João Lagos, Italino Peruffo, Érico Spoganicz, Almir Moreira Passos, Nil Izidoro Biazetto, Leon Naves Barcellos, Fernando Tristão Fernandes, João do Rosário Fontoura, Luiz Alberto Dalcanele, Otto Bracarense Costa, Aristides de Oliveira Vinholes, Antônio Batista Filho, Jadat Nicolas Kudry, João Bosco de Figueiredo, Oracy Gamba, José Rodrigues Vieira Netto e Laélcio Andrade. Já, Jahyr Freire e Jacob Schmidt foram absolvidos por Sentença do Conselho Permanente de Justiça; Wilson Chedid e Jorge Karan foram condenados à pena de 1 ano; Agliberto Vieira de Azevedo, Nadia Kira Podleskis, Expedito de Oliveira Rocha e Rondon Toledo Goulart foram condenados, respectivamente, às penas de 10 anos, 8 anos, 6 anos e 8 anos de reclusão.³⁸ Portanto, Italino Peruffo foi excluído da denúncia por falta de justa causa.

No ano que foi promulgado a Constituição Federal de 1988, foi lançado, no dia 29 de novembro de 1988, na Livraria Ghignone, em Curitiba - PR, o livro “Resistência Democrática: a repressão no Paraná”, escrito por Milton Ivan Heller e publicado pela editora Paz e Terra, juntamente com a Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.³⁹ Este livro teve a colaboração de Peruffo e outros jornalistas, escritores e pesquisadores. A obra, inspirada no projeto “Brasil Nunca Mais”, teve o Paraná como enfoque, buscando revelar as práticas de

³⁷ IPM Revelou Nome dos Principais Indiciados em Atos Subversivos. Diário do Paraná, 04/09/2025

³⁸ Arquivo Cronológico de Entrada - ACE 003061/82

³⁹ Arquivo Cronológico de Entrada - ACE 07948/88

violência institucional e de degradação do sistema jurídico de liberdade, ocorridas durante o período da ditadura militar no Brasil.

A trajetória de Italino Peruffo, aqui reconstruída a partir de fontes biográficas e jornalísticas, revela um intelectual que transitou entre diferentes campos de atuação, mantendo sempre o compromisso com a palavra escrita como forma de intervenção no mundo social. Sua produção para a imprensa do sul e sudeste do país, demonstra a amplitude de seus interesses e o alcance de suas ideias, além do que a perseguição que ocorreu durante a ditadura militar evidenciou como o engajamento intelectual foi interpretado como uma ameaça política num contexto autoritário. O próximo capítulo, portanto, aprofunda a análise das relações entre literatura e censura, tomando o livro “Madeirópolis” como um ponto que demonstra essa tensão.

3 MADEIRÓPOLIS E A CENSURA

Durante a pesquisa, não foram encontradas muitas informações detalhadas sobre a publicação e como ocorreu o lançamento do livro. Ainda assim, o jornal “Unidade: em defesa dos interesses do povo”, fundado em setembro de 1956 na cidade de Florianópolis e dirigido por Aldo Pedro Dittrich, apresentou algumas informações relevantes que permitiram elucidar parcialmente esse processo.

Na contracapa da obra escrita por Peruffo, está identificado “EDIÇÕES UNIDADE FLORIANÓPOLIS 1958” o que nos indica a editora, o local e ano de publicação. No entanto, a indicação de “Edições Unidade” desperta atenção por remeter ao jornal *Unidade*, periódico vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCB)⁴⁰ que circulava em Santa Catarina durante aquele período. Embora não tenha sido localizada documentação que comprove formalmente a relação entre a publicação do livro e o jornal, alguns indícios permitem estabelecer aproximações entre ambos.

Figura 9 — Folha de rosto do livro *Madeirópolis*



Fonte: fotografia registrada pelo autor (09/10/2025)

Na edição do jornal “Unidade” referente ao período de 24 a 30 de abril de 1958, é anunciada a inauguração da Gráfica Maria Quitéria, situada na Rua João Pinto, nº 57-A, mesmo endereço da redação do jornal a partir daquele ano. A propaganda veiculada ao anúncio informava que a gráfica estava equipada para realizar “qualquer trabalho gráfico por

⁴⁰ Lencina, Daiana Castoldi. *Camarada Aldo Pedro Dittrich: trajetória profissional, política e repressão (1950-1964)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011

preços módicos”. Daiana Castoldi Lencina, ao estudar mais a fundo o Jornal *Unidade*, afirma em sua dissertação de mestrado que a coincidência de endereço entre a gráfica e a redação, somada à divulgação de seus serviços no próprio jornal, sugere articulações diretas entre essas iniciativas editoriais.

Além disso, o jornal *Unidade* desempenhou papel fundamental como órgão de imprensa ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCB). De acordo com Lencina (2011), o periódico apresentava-se como um veículo voltado à defesa dos interesses populares, abordando questões relacionadas às condições de vida dos trabalhadores, à soberania nacional, à democracia e à liberdade de imprensa. Mais do que um simples instrumento de propaganda partidária, o jornal constituía-se em espaço de formação política e mobilização social, permitindo assim ao PCB manter diálogo com trabalhadores, estudantes e intelectuais mesmo em um momento de ilegalidade.

Essa atuação articulava-se a uma estrutura mais ampla de circulação de ideias identificada por Openkowski (2024)⁴¹ em sua análise da trajetória de Fernando Pereira Christino, redator do *Unidade* e secretário geral do PCB catarinense. Deste modo, o autor identifica que dirigentes comunistas atuavam simultaneamente em diferentes frentes de produção cultural e política, envolvendo jornais, gráficas e livrarias. Com isso, o PCB não se limitava somente à ser uma organização partidária, mas buscava construir uma rede de sociabilidade intelectual responsável pela circulação de livros, jornais e debates políticos.

Dessa forma, conforme Lencina (2011), o livro *Madeirópolis* apresenta um conteúdo alinhado à linha editorial defendida pela *Unidade* e logo também defendida pelo PCB, de defesa dos interesses populares e questões relacionadas às condições de vida dos trabalhadores. Portanto, esses indícios levam a crer que o livro de Peruffo tenha sido publicado por intermédio dos responsáveis pelo Jornal *Unidade*.

Ademais, o Jornal *Unidade* foi o único meio impresso que se tem conhecimento que fez a divulgação do livro de Italo Peruffo. Ao pesquisar o termo “madeirópolis” na Hemeroteca Digital Brasileira, obteve-se retorno de sete resultados, todos sendo do periódico *Unidade*. Os cinco primeiros retornos fazem menção ao lançamento do livro, no entanto a data parece incerta. Já as outras duas menções são do ano de 1959 e se referem a censura do livro, o que será abordado mais à frente.

⁴¹ OPENKOWSKI, Gabriel Andrade. *Meu nome é Cláudio: a trajetória de Fernando Pereira Christino em Santa Catarina*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2024. f

A edição número 27 de 29 de março a 5 abril de 1958, na segunda página, na seção de *Próximos Lançamentos*, informa que “O próximo mês de Abril será assinalado pelo lançamento do novo livro de Italino Peruffo: MADEIRÓPOLIS (Notas e Perfis), que além de constituir mais um êxito do escritor catarinense, inaugurará as ‘Edições Unidade’.”⁴² Isso demonstra que a obra foi o primeiro livro a ser publicado pela editora. Já nas edições número 30, 31 e 32, de 24 de maio, 10 de junho e 18 de junho de 1958, respectivamente, na mesma coluna de próximos lançamentos, com o mesmo texto informativo destaca que o lançamento ocorrerá no mês de Junho. No entanto, a edição de número 36 de 16 a 23 de agosto de 1958, em sua “Página Literária” destaca que “será lançado ainda este mês o livro de: Italino Peruffo MADEIROPOLIS”⁴³, ou seja, que o lançamento iria ocorrer em agosto.

As edições seguintes do mesmo ano não se encontram em bom estado: aquelas disponíveis na hemeroteca digital apresentam-se parcialmente danificadas, enquanto outras nem sequer estão disponibilizadas. Essa condição dificulta a verificação de publicações adicionais que poderiam indicar os dados exatos de lançamento da obra e as circunstâncias em que ocorreu. Apesar disso, já é possível inferir que o livro foi publicado por intermédio do Jornal Unidade, através de uma coleção própria do periódico, as “Edições Unidade”, o que indica também a proximidade do autor do livro com a direção do Jornal e os responsáveis pela editoração e publicação.

Além disso, não foram encontradas durante a pesquisa, no jornal Unidade, novas informações sobre a continuidade das chamadas “Edições Unidade”. Diante da ausência de dados mais detalhados sobre como se deu a publicação e o lançamento do Madeirópolis, também não é possível inferir, até o momento, aspectos como a quantidade de exemplares produzidos, eventuais tiragens ou mesmo as formas de venda e circulação do livro.

3.1 MADEIRÓPOLIS: NOTAS E PERFIS

Para entender a censura sofrida pela obra, é importante olhar para o seu conteúdo e perceber o que levou o livro a se tornar um tabu. Mais do que apenas uma narrativa ficcional, o texto aborda temas e situações que podem ter gerado perturbações, por entrarem em choque com valores sociais e morais da época. Assim, ao analisar o que é contado e a forma como isso é apresentado, fica mais claro porque a obra provocou reações negativas, mostrando que

⁴² UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 29 de março a 05 de abril de 1958. Ed. n 27, ano 2, p. 2.

⁴³ UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, 16 a 23 de agosto de 1958. Ed. n 36, ano 2, p. 6.

a censura está ligada ao impacto que o conteúdo causa no contexto em que circula. Deste modo, será apresentado a seguir uma breve síntese da obra, com destaque para alguns trechos que apresentam os pontos principais da narrativa.

A história do livro é narrada pelo personagem Humberto, um moço jovem que foi criado no interior do Rio Grande do Sul e se muda para a capital Porto Alegre para prestar concurso público. Neto de imigrantes, e sem conhecimento do mundo além de sua cidade natal, após completar a maioridade, Humberto começa a trabalhar em uma fábrica de caixas durante o dia e estuda durante a noite. Conforme vai ascendendo profissionalmente ele pega seu diploma e presta concurso público na capital gaúcha. A narrativa não descreve qual seria a formação do personagem e nem qual o concurso, apenas que a partir da sua nomeação ele é designado para trabalhar em uma agência bancária. Até esse momento, é possível notar as similaridades das vivências do personagem da história, com a própria história pessoal do autor Italino Peruffo.

Em um momento corriqueiro de sua vida, após saber o resultado do concurso, Humberto encontra o antigo colega e amigo Felipe, que o recebe de maneira calorosa. Durante a conversa, ele revelou ter sido nomeado para Madeirópolis, em Santa Catarina, o que causa estranhamento no amigo, que diz desconhecer a cidade. O encontro se encerra com o pedido de Felipe para que o amigo mantenha contato e envie notícias do novo destino. Dessa forma, o enredo se encaminha em alguns capítulos que irão descrevendo essas cartas que Humberto envia para Felipe contando suas vivências na cidade de Madeirópolis e descrevendo pessoas com quem ele teve contato ou apenas ouviu falar sobre, e que faziam parte da sociedade dessa cidade, daí o título da obra conter “notas e perfis”.

Sobre a cidade de Madeirópolis, a história descreve como sendo bem interiorana, com ruas esburacadas, sem calçamento, com sérios problemas de falta de esgoto e que em dias de chuva as ruas cobrem-se de lama e com odor muito forte de dejetos. “Os poderes públicos estão alheios a tudo isso. Aqui não se faz sentir a presença do governo”. A economia da cidade é caracterizada por estar nas mãos de forasteiros, com a madeira sendo um atrativo de recursos de fora. E esses madeireiros não se importam com as deficiências da cidade, somente em “extrair, industrializar ou exportar a madeira, com mão de obra barata” e a renda obtida investir nas capitais.

Já sobre a religião presente em Madeirópolis, é descrito que a cidade segue a regra geral de toda cidadezinha, como milhares no Brasil. Enfatiza a construção de uma Igreja no

centro da cidade, uma obra monumental “projetada para nunca ficar pronta” o que faz com que os fiéis continuem sempre fazendo suas valiosas contribuições. Outro ponto é a crítica irônica à hipocrisia religiosa dos madeireiros, que frequentavam a igreja assiduamente e batizavam suas fábricas com nomes de santos, como "Serra São José", "Fábrica Nossa Senhora da Pompéia" e "Depósito Santa Helena", enquanto acumulavam fortunas às custas de seus empregados, sustentavam amantes e pagavam salários miseráveis. A "santificação" dos nomes comerciais funcionava como fachada para encobrir os crimes e maus-tratos cometidos dentro das fábricas. A narrativa também aponta a cumplicidade da Igreja, que, em vez de denunciar tais práticas, adulava esses empresários em troca de títulos nobiliários e bênçãos papais, evidenciando a contradição entre o discurso religioso e a realidade vivida pelos trabalhadores.

Alguns personagens são citados e seus perfis traçados. Como o de Wignaldo Paredi, “mais conhecido na cidade pelo nome de Levatraz” pois vivia de fazer intriga sobre as pessoas, espalhando segredos e dando opiniões sobre todos. “Tudo o que ouve numa esquina, conta noutra, devidamente aumentado pela sua fértil imaginação de homem crápula”. “está sempre falando mal de alguém”. Esse indivíduo é central na história dessa cidade, pois é ele que apresenta para Humberto outros perfis e casos que acontecem na sociedade de Madeirópolis.

Um caso curioso é a história que Levatraz contou a Humberto sobre um médico importante da cidade que realizava abortos. O Dr. Magalhães faz em média de quatro a cinco abortos por semana. A maioria das senhoras da alta sociedade passaram pelas mãos dele para fazer o procedimento. O doutor cobra “três contos” por aborto, sendo os fregueses todos da alta sociedade, uma vez que os pobres não podem fazer isso. Ele conta ainda sobre um episódio em que o Dr. Magalhães teria retirado ainda com vida um filho de seis meses, e como ele ainda se remexia, o profissional teria dado uma pancada na cabeça do “pequeno ser” com um ferro para acabar com a choradeira e sofrimento dele.

Outro personagem é um madeireiro que é controverso e busca estar inserido na alta sociedade. Donald Lauxmann, de origem alemã, “pequeno industrial, metido a ‘tubarão’, mas que não passa de ‘lambari’”. De ideologia que tende ao nazismo, ele acredita que “nos áureos tempos desse partido, consagrou-lhe o melhor do seu idealismo, embora nunca tenha podido

explicar o motivo por que se tornou adepto de Hitler — talvez fosse por achar bonita a camisa parda.”⁴⁴

Além desses, outro sujeito intelectual e importante para a narrativa é o sr. Sebastião Cruz, escrivão da Coletoria Federal e que mantinha uma coluna literária no jornal local *Tribuna* sob o pseudônimo de J. Castro. “Levatraz não se cansava de dizer a todo mundo que o sr. Sebastião Cruz era o homem mais culto da cidade.” Depois de algumas publicações, o conteúdo da coluna passou a transparecer ideias mais críticas, falando sobre “exploração do forte sob o fraco, alta do custo de vida, miséria dos trabalhadores e outros temas delicados.”⁴⁵ Por suas declarações, Sebastião Cruz logo foi taxado de comunista e de “inimigo do regime e do lar”, e seus escritos sendo uma “afronta à alta sociedade de Madeirópolis e à boa e tradicional imprensa cristã do Estado”.

A fim de ter mais liberdade de escrita, Sebastião Cruz publica em outro jornal da cidade, o *Jornal Novo Rumo*, um texto comemorativo ao Dia do Trabalhador. No entanto, ele elabora uma crítica à forma como o 1º de Maio é celebrado no país. No texto ele afirma que a data nunca teve “significado de festa e muito menos de festa dos trabalhadores”, sendo reduzida a um “feriado bobo” repleto de “discursos bombásticos” e “promessas demagógicas de governo”. Sebastião Cruz denuncia o abismo entre o discurso oficial e a realidade vivida pela classe trabalhadora: enquanto políticos e autoridades se exibem em “desfiles aristocráticos em microfones”, o trabalhador “magricela, de rosto chupado, cinto cada vez mais estreito” assiste à deterioração de suas condições de vida. Ele ainda defende que “é preciso despertar a consciência desta massa construtora”, para que o operário compreenda o real valor histórico da data e da luta pelos direitos trabalhistas.⁴⁶ Essa publicação, dentre outras feitas por ele, não agradou os outros personagens centrais, como o sr. Donald Lauxmann que se sentia afrontado por tais palavras.

O capítulo oito do livro sintetiza de forma eficiente a crítica central do livro, expondo o modo de vida daqueles que buscam apenas enriquecer com a exploração da madeira, sem se preocupar com os afetados por ela.

Há em Madeirópolis pessoas que pouco aparecem em público. São as saúvas modernas. Vivem sempre atulhadas de negócios, preocupadas com a alta da madeira, as linhas do último tipo de automóvel ou com a fidelidade da amante. [...] Essas saúvas chamam-se madeireiros. [...] Comparo-os as saúvas, porque, igual às formigas, eles vão derrubando a floresta, sugando do solo as riquezas virgens. E

⁴⁴ PERUFFO, Italino. *Madeirópolis: notas e perfis*. Florianópolis: Editora Unidade, 1958. p. 34

⁴⁵ *Ibid.* p. 44

⁴⁶ *Ibid.* p. 79

depois, ainda imitando as formigas, enfileiram os caminhões-reboque, com cargas enormes, rumo ao posto de exportação. E as terras vão ficando devastadas e improdutivas. Os rios se secam, as famílias se mudam, acompanhando as serrarias – e os madeireiros também. Sim, os madeireiros desempenham duas vezes o papel de saúvas: além de devastarem os campos, devastam a bolsa e a alma de seus operários. Exploram-nos, pagando-lhes salários de fome e mantendo-os sob regime de dez horas diárias. [...] ⁴⁷

A metáfora das saúvas é crucial neste capítulo. Assim como as formigas que devastam plantações, os madeireiros são representados como agentes que destroem não apenas a natureza, mas também a vida social e econômica da região. O capítulo coloca esses sujeitos como indivíduos que não têm o mínimo compromisso com a sustentabilidade ou com o futuro da comunidade. Além da dimensão ambiental, é revelada a precarização e a violação dos direitos trabalhistas, o que coloca os madeireiros como responsáveis por uma dupla exploração: a material, da terra e das florestas e a humana, dos trabalhadores.

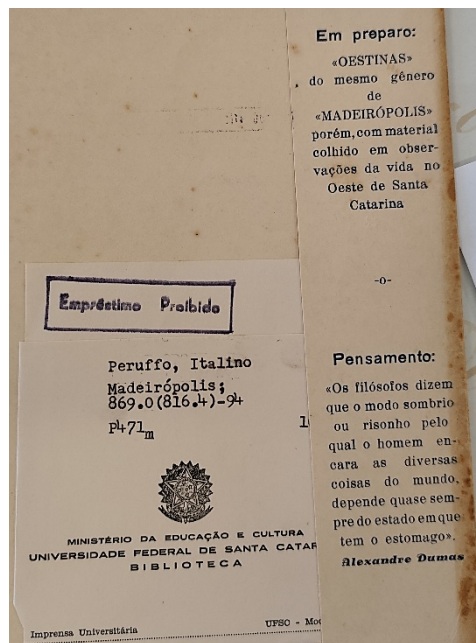
Além disso, o capítulo deixa explícita a crítica a um “moralismo de fachada” praticado por essa elite exploradora da madeira. O texto explora as vidas privadas repletas de gastos, festas e amantes, contrastando com o que se é mostrado em público, de homens religiosos e respeitáveis. Também evidencia que a presença deles é transitória, acompanha o esgotamento dos recursos naturais. Desta forma, a narrativa expõe e critica essa sociedade que produz riqueza para poucos, ao mesmo tempo em que deixa como legado a devastação ambiental e o empobrecimento social da comunidade que estão inseridos.

Humberto sempre teve o desejo de sair de Madeirópolis e ser transferido para a capital. Porém, como escreve nas cartas para Felipe, ele não bajulava ninguém, por isso não conseguia emprego em outra cidade. Até que decide aceitar um cargo que ofereceram á ele e ser transferido para uma cidade na região oeste. Com isso, ele se despede do amigo, afirmando que esta será a última carta escrita de Madeirópolis, no entanto segue escrevendo da nova cidade. Ele afirma estar contente e habituado ao ambiente interiorano, por isso está feliz em se mudar para outro lugar mais distante do centro urbano.

Um fato interessante, é que no interior do livro consultado na Biblioteca da UFSC, na segunda orelha, há a inscrição de um próximo lançamento, de um livro que estaria em preparo, que seria chamado de “Oestinas”, com gênero similar ao de *Madeirópolis*. No entanto, a pesquisa não encontrou nenhuma menção à sua publicação.

⁴⁷ *Ibid.* p. 29

Figura 10 — Segunda Orelha de *Madeirópolis*



Fonte: fotografia registrada pelo autor (09/10/2025)

A postura crítica de Sebastião Cruz não passou despercebida. A Diretoria da Associação Comercial de *Madeirópolis* reagiu publicamente, convocando uma sessão para deliberar sobre os artigos publicados no *Novo Rumo*. A entidade afirmou que tais textos representavam "ideias contrárias ao regime democrático em que vivemos" e decidiu convocar o comércio e a indústria locais a suspender suas assinaturas do periódico, usando-o "em sinal de repúdio". Além disso, a Associação recomendou "ao desprezo público" o jornalista, acusando-o de pretender "fomentar discórdia entre o povo e semear ideias vermelhas, que só podem caber em cabeças de criminosos, como os bolchevistas russos". A nota encerrava declarando Cruz "um elemento perigoso e indesejável" para a cidade.

Com toda essa repercussão, Sebastião Cruz é transferido para uma localidade no "sertão goiano" por decreto presidencial. Em um encontro de despedida, antes de ir embora, ele discursa uma última vez:

Há uma coisa que me revolta: ver um homem escravizando outro homem, seja de que maneira for. A miséria e a ignorância são os maiores males do mundo, e entendo que só eles constituem motivos suficientemente fortes para que compreendamos a razão de nossa vida. Devemos lutar para extingui-los, ou, pelo menos, para minorá-los. Se combater a miséria e a ignorância é praticar o comunismo, então eu quero ser comunista. E se for crime pensar assim, não posso amar a Pátria que me condena por esse delito. Que me persiga a reação, pouco importa. Nada valem as minhas desgraças que, afinal, são ninharias ante o sofrimento do povo. [...]

Meus caros! Estejais certos de uma coisa: nós somos como os carunchos, nossa tarefa é roer as vigas deste edifício escravizador, que há tantos anos sufoca o mundo, até desmoronado por completo. Construir o novo caberá aos pósteros. Que adianta aos nossos inimigos eliminar um caruncho, por acaso, sem um a menos as vigas deixarão de ser roídas? Somos milhares, milhões talvez, no Globo, e onde quer que estejamos — aqui ou em Goiaz — não há de faltar uma viga para carunchar.⁴⁸

E assim acaba a história do *Madeirópolis*.

3.2 CENSURA LITERÁRIA: CONCEITOS E CONTEXTO

De maneira geral, a censura pode ser entendida, no sentido atual, como o controle, a vigilância e as limitações da comunicação. Trata-se de uma característica presente em diferentes sociedades e épocas, que acompanha a humanidade desde seus primórdios até os dias atuais. À medida que as formas e os meios de comunicação se desenvolveram, algum tipo de controle também passou a fazer parte desses processos.⁴⁹

Nesse sentido, a censura não se restringe a uma simples restrição técnica da comunicação, mas constitui um instrumento de regulação social, moral e política, exercido por indivíduos, grupos ou instituições que detêm autoridade para estabelecer os limites do que pode ser falado, escrito ou publicado. Embora práticas de controle da informação sejam anteriores à modernidade, foi a partir da invenção da imprensa que se intensificaram as preocupações com a circulação de ideias em larga escala, levando à criação de mecanismos formais de vigilância e repressão voltados àquilo que era considerado perigoso, subversivo ou inconveniente⁵⁰.

Além das formas explícitas de proibição, a censura pode ser compreendida como parte de mecanismos mais amplos de controle dos discursos. Conforme Michel Foucault (2014)⁵¹, toda sociedade estabelece procedimentos destinados a selecionar, organizar e controlar aquilo que pode circular publicamente, delimitando os discursos considerados legítimos e excluindo aqueles vistos como ameaçadores à ordem vigente. Sendo assim, a censura não se manifesta apenas por meio da proibição formal de obras e ideias, mas também através de práticas que procuram restringir sua circulação, desacreditar seus autores ou limitar seu alcance social.

⁴⁸ *Ibid.* p.110

⁴⁹ ROSSBACH, Nikola. Censura: conceitos e definições. *Contingentia*, Porto Alegre, Brasil., v. 13, n. 1, p. 6–30, 2025. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/view/147613>. Acesso em: 13 set. 2025.

⁵⁰ NOVINSKY, Anita. Os regimes totalitários e a censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, 2002. p. 25.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

Além disso, ao analisar diferentes sistemas censórios, Robert Darnton (2016) observa que a censura não deve ser entendida apenas como um mecanismo de supressão de textos, mas como um processo por meio do qual autoridades políticas procuram controlar a produção e a circulação de ideias. Para Darnton, compreender a censura exige examinar as práticas concretas dos censores, suas motivações, seus critérios e suas redes institucionais. Nesse sentido, a apreensão ou proibição de livros revela não apenas o conteúdo considerado perigoso, mas também as preocupações e os limites políticos estabelecidos por uma determinada sociedade⁵².

A repressão a determinadas obras também pode ser compreendida a partir da importância social atribuída aos impressos. Segundo Chartier (2002)⁵³, os livros não constituem apenas objetos materiais, mas instrumentos de produção e circulação de representações sobre o mundo. Dessa forma, as tentativas de controlar ou impedir a difusão de determinados textos revelam disputas em torno dos significados que poderiam ser apropriados pelos leitores. Além disso, ao refletir sobre a trajetória do livro, Chartier (2020)⁵⁴ destaca que as sociedades atribuíram aos impressos um papel fundamental na preservação e difusão do conhecimento. Diante disso, em diversos momentos históricos diferentes grupos buscaram controlar a produção, a circulação e o acesso às obras consideradas perigosas ou inconvenientes. A censura aos livros, nesse sentido, revela o reconhecimento de seu potencial como instrumento de formação de opiniões e de difusão de ideias.

Para analisar o que aconteceu com *Madeirópolis*, é importante distinguir dois tipos de censura, conforme propõe Rossbach⁵⁵. A censura formal é aquela exercida por órgãos criados especificamente para isso, com respaldo legal, como os organismos de censura da ditadura militar brasileira, instaurados após 1964. Já a censura informal opera fora desse marco institucional, por meio de pressões psicológicas, econômicas e políticas, como ameaças, intimidações, apreensões arbitrárias e campanhas de desmoralização pública.

No Brasil, práticas de censura sobre livros e publicações existem desde o período colonial e atravessaram diferentes regimes políticos ao longo do século XX intensificando-se

⁵² DARNTON, Robert. **Censores em ação**: como os Estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

⁵³ CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

⁵⁴ CHARTIER, Roger. Um mundo sem livros e sem livrarias?. Coordenação Guiomar de Grammont. 1. ed. São Paulo : Letraviva, 2020

⁵⁵ ROSSBACH, Nikola. Censura: conceitos e definições. **Contingentia**, Porto Alegre, Brasil., v. 13, n. 1, p. 6–30, 2025. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/view/147613>. Acesso em: 13 set. 2025. p. 13.

em momentos de maior tensão política, e mobilizada quando grupos no poder se sentiram ameaçados por ideias ou denúncias que circulavam em forma impressa.⁵⁶ Steiner (2017) observa que a destruição de livros nunca é um ato irracional: quem manda queimar ou apreender uma obra sabe muito bem o que está fazendo, pois compreende que destruir o livro é uma tentativa de destruir o pensamento que ele carrega e que poderia se espalhar pelo leitor.⁵⁷

Importante destacar nesse contexto o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Um período democrático marcado por ampla liberdade de imprensa, porém que ocultou conflitos e mecanismos de controle institucionalizados como a proposta do Projeto de Lei de Imprensa⁵⁸ e a Portaria nº 899 de 1956 que autorizava restrições a conteúdos radiofônicos e televisivos considerados subversivos, ofensivos às autoridades ou capazes de estimular greves e desordens. Tais medidas revelam que, apesar da vigência de instituições democráticas, o período foi marcado por mecanismos de vigilância e controle da circulação de informações e opiniões, sobretudo aquelas percebidas como ameaças à estabilidade política e institucional.⁵⁹

No final da década de 1950, o contexto internacional da Guerra Fria influenciou significativamente os debates políticos brasileiros. A polarização entre capitalismo e comunismo produziu um ambiente de desconfiança em relação a discursos considerados críticos da ordem social vigente. Nesse cenário, obras que abordavam temas como exploração do trabalho, desigualdade social ou conflitos de classe podiam ser facilmente associadas ao comunismo. Esse ambiente não surgiu do nada. Maria Luiza Tucci Carneiro (2002) mostra que a construção da ideia de que a sociedade estava sendo ameaçada por um inimigo, ora comunista, ora anarquista, alimentou uma linha de raciocínio que, em diferentes momentos da história brasileira, justificou a criação de aparatos repressivos de inspiração totalitária.

A caça aos livros perigosos também deve ser avaliado como expressão da ideologia nacionalista e xenófoba sustentada pelo governo brasileiro nos diferentes momentos

⁵⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, 2002

⁵⁷ STEINER, George. *Aqueles que queimam livros*. Tradução de Pedro Fonseca. 1 ed. [s.l.] Editora Âyiné, 2017.

⁵⁸ Em outubro de 1956 foi apresentado ao Congresso Nacional pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek o Projeto de Lei de Imprensa, também conhecido e divulgado pela mídia como "projeto rolha" ou "lei de arrocho". A medida gerou intensos debates por ser vista pela oposição e pela mídia como um mecanismo de censura e perseguição política. O Projeto acabou sendo arquivado e rejeitado.

⁵⁹ BIROLI, Flávia. Liberdade de imprensa e democracia na construção da hegemonia liberal: limites e contradições no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 213-240, 2004.

de sua trajetória política: pró-nazismo, pró-fascismo, antissemita, antiintegralismo, anticomunismo. Os conteúdos dos livros apreendidos, por sua vez, expressam esses conflitos ideológicos, as rupturas de pensamento e a persistência de certas posturas ao longo de décadas, como foi o caso do anticomunismo.⁶⁰

Deste modo, Carneiro demonstra que a perseguição a livros esteve ligada, em diferentes momentos, a uma ideologia nacionalista que identificava no texto impresso uma ameaça à ordem e à identidade nacional. Essa ideologia mudava de rosto conforme o contexto político, mas mantinha sempre o mesmo movimento: eleger um inimigo, atribuir a ele o poder de corromper a sociedade e usar esse argumento para justificar a repressão. No caso do anticomunismo, essa lógica foi particularmente duradoura, atravessando décadas e diferentes regimes sem perder força.

É exatamente esse mecanismo que se repete no caso de *Madeirópolis*. A acusação de que o livro foi desonroso para a cidade de Rio do Sul funcionou como pretexto para encobrir o incômodo causado pela denúncia de Peruffo sobre a exploração econômica e os privilégios das elites locais. Compreender esse contexto mais amplo é, portanto, indispensável para analisar os debates políticos e civis que a apreensão da obra gerou, conforme será visto a seguir.

3.3 A APREENSÃO: O DEBATE POLÍTICO E LEGISLATIVO

A redemocratização que se iniciou em 1945 deu início a um novo cenário político no Brasil, marcado por uma reorganização partidária, no qual emergiram três partidos nacionais, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Conforme observa Carvalho (2007), o PSD consolidou-se como uma das principais forças políticas do período, reunindo lideranças oriundas das estruturas administrativas do Estado Novo e defendendo um projeto de modernização associado à manutenção da ordem política e social. Já o PTB vinculava-se ao legado trabalhista de Getúlio Vargas, defendendo a ampliação dos direitos sociais e da participação política dos trabalhadores. A UDN, por sua vez, constituiu-se como a principal força de oposição ao varguismo, assumindo posições marcadamente liberais e anticomunistas.⁶¹

⁶⁰ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. 2. ed. ampl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

⁶¹ CARVALHO, Eder Aparecido de. PSD, UDN e PTB, os três grandes partidos da Terceira República. *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 3, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17036>. Acesso em: 6 jul. 2026.

Embora apresentassem diferenças ideológicas significativas, as relações entre PSD e PTB foram frequentemente marcadas por alianças eleitorais e governamentais, especialmente em torno de projetos políticos que se identificavam com a herança varguista. Em contraposição, a UDN manteve uma postura crítica em relação a essas aproximações, denunciando aquilo que considerava práticas populistas e defendendo uma atuação mais restrita do Estado na vida econômica e política do país.

Em Santa Catarina, essas disputas e alianças também se fizeram presentes. Conforme demonstra Araujo (2026)⁶², o período foi marcado pela disputa entre esses grupos políticos e por uma crescente mobilização de trabalhadores e setores urbanos, em um contexto no qual o anticomunismo adquiria importância cada vez maior no debate público. Nesse ambiente de polarização política e ideológica, discussões que aparentemente pertenciam ao campo cultural ou intelectual frequentemente eram interpretadas a partir de posicionamentos partidários e de suspeitas relacionadas à influência do comunismo. Foi nesse contexto que se desenvolveu o debate em torno de *Madeirópolis*, cuja repercussão ultrapassou os limites da crítica literária e adentrou na pauta da Assembleia Legislativa do estado.

Não foi possível localizar, nos Diários da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o registro do debate sobre a apreensão de *Madeirópolis*, o que pode indicar lacunas documentais ou mesmo a não transcrição integral das discussões ocorridas em plenário. No entanto, uma análise da imprensa da época revela que essa discussão esteve presente nos jornais *O Estado* e *Unidade*, ambos publicados em Florianópolis no ano de 1959, os quais noticiaram e repercutiram os posicionamentos de parlamentares sobre o caso. Dessa forma, ainda que a ausência nos registros oficiais limite a reconstituição específica do debate legislativo, a análise desses jornais permite afirmar a existência do debate e a controvérsia no âmbito político, evidenciando sua repercussão durante o período.

A edição nº 13.551 do dia 11 de março de 1959 do jornal “O Estado”, apresenta em uma matéria o debate na Assembleia Legislativa, no qual o Deputado Antônio Gomes de Almeida, do Partido Social Democrático (PSD), veio em defesa da liberdade de expressão e criticou as ações policiais sobre o livro de Peruffo. Conforme a matéria apresentada, Peruffo teria enviado uma carta ao deputado confessando “a ação do delegado de polícia Riosulense, no sentido de apreender volumes de sua obra, em flagrante cerceamento da liberdade de

⁶² ARAUJO, Camilo Buss. Trabalhadores em disputa: UDN, PCB e eleições em Santa Catarina (1945-1947). *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 18, 2026. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/104923>. Acesso em: 6 jul. 2026.

expressão”⁶³. O deputado então leva o assunto para a tribuna, o qual gera um debate. Segundo o Jornal, o Deputado Albino Zeni da União Democrática Nacional (UDN), de maneira pejorativa, teria taxado o livro de *pasquim*, afirmando que a obra objetificava manchar a honra da sociedade de Rio do Sul, e por isso, a atitude do delegado foi apenas para resguardar o autor, a fim de evitar futuras represálias. A matéria segue informando que,

O representante pessedista Gomes de Almeida afirma não conhecer, ainda, o conteúdo da obra em questão, todavia, protesta contra os métodos policiais usados em Rio do Sul, e em flagrante desrespeito à lei, taxando a manobra de autoridade policial de pura ameaça à livre manifestação do pensamento, expressando que “a oposição está vigilante contra os delegados udenistas que pautem sua ação por essas arbitrariedades”. O deputado Mignone, do PTB de Joaçaba, vai à tribuna para exprimir ponto de vista idêntico ao defendido pela oposição na Assembleia Legislativa.⁶⁴

Apesar de não ter conhecimento do livro apreendido, o deputado Antônio Gomes de Almeida declara-se a favor da liberdade de expressão, ou seja, ele não protesta pelo conteúdo da obra ou pelo autor que lhe enviou a carta, mas sim pela ação policial, que em sua opinião foi um “desrespeito à lei” e uma “ameaça à livre manifestação do pensamento”. Além disso, ele declara estar vigilante às ações dos delegados ligados à UDN, indicando que tais arbitrariedades policiais não são neutras, mas orientadas por interesses políticos. Sua opinião também é defendida pelo Deputado Agostinho Mignoni do PTB.

Aqui percebe-se como houve uma divisão de opiniões políticas definidas entre PSD e PTB que foram contra a apreensão de *Madeirópolis* e apoiavam a liberdade de expressão, e o partido rival UDN que via o livro como uma afronta ao povo de Rio do Sul e era favorável à ação policial. Isso demonstra as alianças partidárias existentes e como isso se refletia nas discussões na Assembleia. Além disso, essa divisão evidencia que a discussão em torno de *Madeirópolis* acabou se tornando um espaço de manifestação das disputas políticas presentes na Assembleia Legislativa, no qual as posições dos parlamentares estavam associadas aos alinhamentos partidários e às tensões ideológicas características daquele período.

Algumas edições seguintes, no dia 18 de março o “O Estado” publica uma matéria em que são descritos dois telegramas de autoria de Italino Peruffo, nos quais ele destaca seu descontentamento e indignação quanto à situação. Um endereçado ao diretor do jornal, o

⁶³ DEPUTADO ANTONIO almeida defende a liberdade de expressão - o “affaire” Italino Peruffo provoca debates - verberada a ação de delegados de polícia udenistas. O Estado, Florianópolis, ano 45, n. 13.551, pág. 1, 11 de março 1959.

⁶⁴ Ibid.

senhor Rubens de Arruda Ramos e outro cujo destinatário é o deputado estadual Antônio Gomes de Almeida (PSD). No primeiro deles, Peruffo defende de forma enfática sua obra ao denunciar a apreensão de *Madeirópolis* como um ato arbitrário da polícia, que, segundo ele, se baseia em uma interpretação equivocada da literatura, de que personagens fictícios representariam diretamente pessoas reais.

Sr. Rubens de Arruda Ramos
DD. Diretor de “O ESTADO”
Florianópolis

Peço, em nome liberdade povo brasileiro e altos sentimentos patrióticos Santa Catarina, protestar, através seu brilhante jornal, contra ato insidioso polícia Estado, apreendendo meu livro MADEIRÓPOLIS, sob fundamento sentirem-se algumas pessoas cidade Rio do Sul retratadas nos personagens que compõem a história ali descrita. Estranha atitude autoridades, bem como deputado Albino Zen, meu amigo particular, revela falta compreensão arte literária, despreparo cultura e competência incapacidade exercício função policial e política. Peço, ainda, levar fato conhecimento Sindicato Jornalistas e outras entidades defesa livre pensamento, garantido Constituição.⁶⁵

Respeitosas saudações
Italino Peruffo

Peruffo busca legitimar seu protesto invocando a liberdade do povo brasileiro e os “sentimentos patrióticos” de Santa Catarina, associando sua causa à defesa de direitos constitucionais, especialmente à liberdade de expressão. Além disso, ao criticar duramente as autoridades e o deputado Albino Zen, Peruffo não apenas questiona a ação policial, mas também ressalta despreparo cultural e político daqueles que tentam censurar sua obra. Por fim, ele solicita uma mobilização do Sindicato dos Jornalistas e de outras entidades, a fim de ampliar o conflito para a esfera pública, transformando um caso individual em uma denúncia mais ampla contra práticas de censura.

No segundo telegrama, endereçado ao deputado Antônio Almeida, Italino Peruffo manifestou o seu agradecimento aos deputados que se posicionaram na Assembleia Legislativa de Santa Catarina contra a compreensão de sua obra, destacando especialmente Antônio Almeida e Agostinho Mignoni, além de outros parlamentares que, segundo ele, defenderam a liberdade de pensamento e a cultura nacional.

Dr. Antônio Almeida
DD. Deputado Estadual
Florianópolis

Agradeço sensibilizado brilhante protesto apresentado pelo ilustre amigo Assembleia Legislativa sessão dez corrente, denunciando arbitrariedades policiais apreendendo meu livro MADEIRÓPOLIS. Agradecimento extensivo outros deputados, não menos brilhantes, como Agostinho Mignoni, os quais defenderam

⁶⁵ LIBERDADE de pensamento. O Estado, Florianópolis, ano 45, n. 13.557, pág. 8, 18 de março 1959.

arduamente liberdade pensamento e cultura nacional. Repudio ataque feito deputado governista Albino Zeni dizendo livro ofende brio sociedade Rio do Sul. Estranhável um médico que cursou faculdade venha colocar-se contra livre criação literária. Isto atesta o alto grau paixão política ou desrespeito próprio diploma que é portador.⁶⁶

Saudações cordiais

Italino Peruffo

Em contraposição, o escritor critica duramente o deputado Albino Zeni, que no telegrama anterior ele informou considerar o parlamentar seu amigo, porém ele repudia as acusações de que o livro ofenderia a sociedade de Rio do Sul. Ao mencionar a formação médica de Zeni, Peruffo apresenta seu estranhamento de alguém com uma formação acadêmica e que vai contra a “livre criação literária”, reforçando sua crítica ao sugerir que tal posicionamento revela não apenas motivações políticas, mas também um desrespeito ao diploma de medicina.

Na mesma matéria, o jornal traz ainda uma nota da redação repudiando as ações policiais sobre o livro de Peruffo, afirmando que a prática é muito perigosa e indagando a possibilidade de em breve, o próprio jornal ser também alvo de apreensão. A nota demonstra preocupação com o estabelecimento de um precedente, ao sugerir que “delegados políticos” poderiam valer desse tipo de medida para ampliar práticas de censura.

N. R. — O livro do sr. Italino Peruffo foi apreendido por ato de um delegado de polícia. Essa prática é tremendamente perigosa. Também o nosso Jornal estará também apreendido? Os DELEGADOS POLÍTICOS invocarão o precedente, se ele for apoiado. Como ilustre deputado Antônio de Almeida, que defendemos o livro do sr. Peruffo, que tanto eleva vem causando. Por essa obra é responsável seu autor. Por ela responderá sem o nosso apoio, que é contrário ao livro em todos os seus aspectos, o que cumpre, entretanto, assinalar é que fora da lei não há pensamento que mereça aplauso.⁶⁷

Ao mesmo tempo, o texto construiu uma posição cuidadosa ao declarar que não apoia a obra em si, responsabilizando exclusivamente o autor por seu conteúdo, mas reafirmando a defesa de princípios legais e da liberdade de expressão. Dessa forma, a redação busca se posicionar contra a arbitrariedade policial sem, contudo, se associar às ideias do livro, enfatizando que, mesmo diante de discordâncias, é necessário que qualquer julgamento ou proteção ocorra dentro dos marcos da lei.

3.4 A REPERCUSSÃO PÚBLICA: IMPRENSA E SOCIEDADE CIVIL

O Jornal Unidade, ao noticiar o episódio envolvendo a apreensão de *Madeirópolis*, apresenta o caso de censura de forma mais detalhada e politicamente definida em apoio ao

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ Ibid.

escritor. Na edição número 47 de 21 de março a 7 de abril de 1959, é publicado um artigo intitulado “Madeirópolis: atitudes antidemocráticas na Assembleia Legislativa”. O artigo destaca-se por denunciar não apenas a apreensão da obra e a intimidação de seu vendedor, mas também o apoio de determinados deputados às medidas repressivas, configurando um quadro em que instâncias formais da democracia passam a respaldar práticas contrárias à liberdade de expressão. Desta forma, o jornal não só documenta o episódio, como também o insere em um debate mais amplo sobre os limites da atuação estatal diante da produção literária.

MADEIRÓPOLIS **Atitudes antidemocráticas na Assembléia Legislativa**

Italino Peruffo, jovem e promissor escritor patricio, lançou seu último livro, intitulado “Madeirópolis”. Neste, com rara felicidade, foram fixados momentos e tipos comuns em todas as cidades do interior. Madeirópolis é uma Cidade; mas, não é nenhuma cidade. Seus personagens são o denominador comum da gente que o escritor vem conhecendo em sua jornada pelas cidades interioranas; são um apanhado dos tipos que encontra, tipos marcantes, de alto conteúdo humano, que se despersonalizam nas páginas dos livros, formando um todo psicológico, que não se identifica com indivíduos da vida real - pode haver semelhança. Rio do Sul reivindica Madeirópolis; alguns de seus habitantes querem encarnar seus personagens. Pode ser – se Rio do Sul quiser. Mas, não lhe assiste o direito de protestar, e muito menos o de querer proscriver o livro. A polícia – demonstrando seu conhecimento e sua sensibilidade literária – resolveu ratificar a idéia riosulense, de que eles estavam no livro. Então agiu e agiu com estupidez revoltante, apreendendo os exemplares do livro e ameaçando de espancamento seu vendedor, se este não saísse da cidade. A essa atitude anti-democrática, seguiu-se, na Assembléia Legislativa discurso de representante daquele município e de algumas vestais do regime, que a ele se associaram. Tudo isso, é triste e penaliza. Revela que alguns dos nossos representantes são democraticamente atrasados. Não só democraticamente; na cultura, a situação não é diferente. Temos certeza de que estes representantes que aplaudiram o arbítrio e a prepotência policial, jamais leram os clássicos da literatura, ou o “Decameron” do Boccaccio, todas as obras de Jorge Amado – universalmente traduzidas – a de Tennessee Williams, nem o “Asno de Ouro”, nem o “Tobacco Road”, nem “A Carne, tampouco o “D. Camilo”, em que um padre e um prefeito, pintam de vermelho as nádegas de uma faladeira, e tantas e tantas obras, em que se põe a nu o ridículo; a hipocrisia e as misérias humanas. Revela, ainda que esses Deputados se esquecem que a existência de uma Assembléia Legislativa personifica a legalidade democrática, a qual permite a cada cidadão escrever e publicar o que julga ser uma colaboração ao aprimoramento da cultura e das relações humanas, permite ainda, liberdade de expressão e pensamento, culminando por asseverar que o trabalho é obrigação universal. Desta forma, tenha ou não mérito qualquer obra literária, a polícia não poderá retirá-la de circulação, nem ameaçar de espancamento quem viva dignamente do comércio de livros [trecho ilegível], mais grave quando se trata de um dirigente sindical. Para tal, existem leis e um poder competente. Tendo em vista as atitudes da polícia e de alguns senhores Deputados, viemos protestar, veementemente, contra a arbitrariedade praticada, apelando aos poderes constituídos no sentido de garantirem a manifestação livre do pensamento e o livre exercício do trabalho. Louvamos, porém a atitude dos deputados Agostinho Mignoni e Antônio G. de Almeida, que levantaram suas vozes em protesto. E aos senhores deputados, em particular, que apoiaram essa medida ilegal, arbitrária e inconstitucional, agravando-a, lembramos no Evangelho em São Matheus, quando se refere ao

escândalo dos escribas, fariseus e hipócritas, o versículo 23: “Condutores cegos! Que coais um mosquito e engulis uma enguia!...”⁶⁸

A matéria inicia contextualizando a obra e procurando delimitar, logo no início, a o caráter ficcional da obra, enfatizando que a cidade descrita no livro de Peruffo não corresponde a uma cidade específica, mas sim a uma construção literária baseada em “tipos comuns” do interior, inspirada em lugares que o autor conheceu ao longo de sua vida. Essa estratégia discursiva revela que o Jornal buscou deslegitimar a reação daqueles que se sentiram diretamente atingidos pela narrativa, reforçando a ideia de que a literatura opera no campo da representação simbólica, e não da descrição literal de indivíduos reais, assim, essas acusações não fariam sentido.

Entretanto, essa distinção é ignorada pelas autoridades locais, que, segundo o texto, interpretam a obra como uma afronta direta à cidade de Rio do Sul e seus habitantes. A resposta institucional é marcada por violência e arbitrariedade: apreensão de exemplares, ameaça física ao vendedor e tentativa de expulsão do livro do espaço público. Tais ações configuram práticas típicas de uma censura informal, realizadas por meio de pressões psicológicas, econômicas e políticas, o que revela a fragilidade das garantias legais de liberdade de expressão naquele contexto.

O uso do termo “arbitrariedade” no texto não é casual. Ao qualificar a ação policial e o apoio de parlamentares como arbitrários, o artigo sugere uma ausência de fundamento legal, desrespeito às garantias democráticas, e abuso de poder. Ao longo do texto, a ação é qualificada como “estupidez revoltante”, “atitude anti-democrática”, “medida ilegal, arbitrária e inconstitucional” e expressão de “prepotência policial”. Dessa forma, o termo representa ilegitimidade, indicando que a repressão à obra não decorre de procedimentos jurídicos regulares, mas de decisões baseadas em interesses, moralismos ou interpretações pessoais das autoridades. Assim, sua utilização reforça a crítica central do texto, evidenciando que mesmo em um contexto formalmente democrático, persistiam práticas autoritárias que desconsideravam os princípios do Estado de Direito de “liberdade de expressão e pensamento”.

O episódio ganha maior gravidade ao ser levado à Assembleia Legislativa, espaço que, em tese, deveria representar a defesa da legalidade democrática. Como visto anteriormente, nas matérias do jornal *O Estado*, ao invés de condenarem os abusos, alguns deputados

⁶⁸ ARBITRARIEDADE policial contra o livro MADEIROPOLIS: Atitudes anti-democraticas na Assembleia Legislativa. UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, ano 2, n. 47, pág. 1 e 4, 21 de março a 7 de abril de 1959.

reforçam a lógica repressiva, associando-se às ações policiais. O texto faz uma crítica à esses deputados, afirmando que eles “são democraticamente atrasados” e culturalmente também, e deste modo, a rejeição à obra de Peruffo não seria apenas um ato político, mas também um sintoma de ignorância cultural. Além disso, a matéria indica que o problema não se limita a uma ação isolada, mas reflete uma cultura política mais ampla, incapaz de lidar com a pluralidade de ideias.

O artigo ainda afirma que, independentemente do valor da obra, não cabe à polícia retirá-la de circulação ou intimidar seus distribuidores, eventuais disputas deveriam ser resolvidas por meio de mecanismos jurídicos apropriados, e não pela força. No texto também são louvadas as atitudes dos deputados Agostinho Mignoni e Antônio Gomes de Almeida, que se puseram contra a arbitrariedade policial. Por fim, a citação bíblica, evocando o Evangelho de São Mateus, acrescenta uma dimensão moral ao texto, aproximando a crítica política de uma condenação ética. Ao comparar os apoiadores da censura a figuras hipócritas, o enunciador reforça a ideia de incoerência entre o discurso e a prática desses agentes, intensificando a reprovação.

Na mesma edição do jornal, ao lado da matéria apresentada anteriormente, há uma publicação que demonstra que houve protestos por parte de entidades civis e público em geral contra as ações policiais. A publicação apresenta dois telegramas da União Catarinense de Estudantes, um deles enviado para Italino Peruffo em forma de solidariedade pela situação e o segundo destinado à Secretaria de Segurança solicitando providências para garantir a liberdade cultural e reprimir as violências policiais.

Protestos contra a apreensão de “MADEIROPOLIS”

Logo chegou ao conhecimento público da arbitrariedade policial de Rio do Sul, começaram os protestos de inúmeras organizações sindicais e estudantis.

[...] A União Catarinense de Estudantes Universitários juntou sua voz e expediu vários telegramas. Aqui transcrevemos dois deles:

ITALINO PERUFFO União Catarinense Estudante solidaria V. S.^a protestou veementemente junto Secretaria Segurança Pública, Governador Estado e Delegado Rio do Sul sentido ser assegurados Direitos Constitucionais e Liberdade Cultural. saudações Universitárias

Secretaria de Segurança União Catarinense de Estudantes solicita providencias vossencias sentido preservar liberdade cultural garantidas constituição e coibir violências policiais Rio do Sul apreendendo edição livro Madeiropolis. Saudações universitárias.

ROGERIO STOESTERAU — Presidente⁶⁹

⁶⁹ PROTESTOS contra a apreensão de “Madeiropolis”. UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, ano 2, n. 47, pág. 1, 21 de março a 7 de abril de 1959.

A matéria evidencia que a apreensão da obra adquiriu repercussão pública, mobilizando diferentes setores da sociedade civil em defesa da liberdade de expressão. A reação de sindicatos e estudantes mostra que o caso não foi visto como algo isolado, mas como uma violação mais ampla dos direitos e da liberdade cultural. A partir dos telegramas apresentados, é possível perceber como a atuação da União Catarinense de Estudantes foi importante, porque seus telegramas trataram o problema como uma questão política e legal, denunciando a ação policial e pedindo providências das autoridades.

Ainda na edição de 21 de março a 7 de abril de 1959, na última página foi publicada uma coluna intitulada “Minha Cidade”. Assinado pelo pseudônimo de Dias Velho, o colunista expõe a sua opinião de forma mais humorística, com uma linguagem irônica e satírica, para expor a discussão na Assembleia e como forma de criticar a censura pela qual a obra de Peruffo passou.

MINHA CIDADE

O livro “Madeirópolis” foi compreendido em Rio do Sul. Pela Polícia, claro. Na Assembleia o Deputado Agostinho Mangoni verbalizou contra tal fato arbitrário. Foi o que bastou. O “brotinho” (êle mesmo se chama) Ademar Ghisi que ficou coroadado, veranelhinho, vermelhinho. Onde se via (dizia o “brotinho” Ademar Ghisi) defender um livro que traz pornografia, que é um atentado ao pudor da Casa e ao meu pudor próprio, pois aquêle jamais lerei — um livro pornográfico. Ora, já viram tal coisa? O deputado “Brotinho” com medo de aprender nomes “feios”, através de uma literatura séria, honesta e boa como é a de Italino Peruffo no seu Madeirópolis, isto revela que o “brotinho” (papai do céu que me perdoe) jamais leu boa literatura, como é a literatura de Roger Martin du Card, no seu famoso prêmio Nobel, “Os Timbaut”. Ou Emile Zola, ou Eça de Queiroz, ou Dostoiewski, ou William Faulkner, etc. etc. toda esta famosa literatura Nem mesmo leu nosso imortal Graciliano Ramos. O deputado Ademar Ghisi teve o descaramento de, com este falso pudor, encobrir uma verdade que Italino Peruffo, através de sua literatura, revelou. E não é uma verdade de Rio do Sul, mas uma verdade em toda sociedade dividida em classes. Classes de homens que exploram e de homens que são explorados. O livro chocou, sim. Mas não aos homens explorados. Mas aos senhores exploradores, de Rio do Sul ou de qualquer outra parte. Ao encabulado Ademar Ghisi sugeriu a leitura de “Grande Hotel”, “Cinderela” e “Revista do Rádio”. Com esta literatura não há menor perigo de “brotinho” se perder. Quando alguém (e agora atenção, deputado Ghisi) lhe quiser emprestar um livro que está por trás do título de “A Carne”, de Júlio Ribeiro, que embora constitua, realmente, obra clássica da literatura nacional, já na sua 32ª edição, não aceite, deputado. Não aceite não, porque este livro fará você cobrir com a golinha do paletó, os olhinhos do rosto, de tão feio que o livro é.

DIAS VELHO

NOTA — Todo cidadão de Rio do Sul que se considerar dentro do livro de Italino Peruffo, favor abandonar, urgentemente, as páginas de “Madeirópolis”.⁷⁰

Diferentemente dos textos anteriores, este está assinado e, portanto, é carregado da opinião pessoal do autor, que toma a liberdade de criticar e nomear sem rodeios. Desde o início, o texto reafirma o caráter arbitrário da apreensão da obra pela polícia, ao mesmo tempo em que desloca o foco para a atuação de figuras políticas específicas, como o deputado Ademar Ghisi eleito pela UDN. O colunista busca desqualificar a opinião do deputado o nomeando pelo seu apelido de “brotinho”, e repetindo várias vezes, usando deliberativamente da sátira para designar a imaturidade e ignorância do deputado.

Um dos pontos centrais argumentados por Dias Velho é a crítica ao “falso pudor” como mecanismo para justificar a censura. O texto sugere que a acusação de pornografia existente no livro de Peruffo, não passa de um pretexto para encobrir verdades incômodas reveladas pela obra. Ao afirmar que “o livro chocou, sim. Mas não aos homens explorados. Mas aos senhores exploradores, de Rio do Sul ou de qualquer outra parte”, o colunista está expondo que aqueles que mais se sentiram incomodados com o livro, foram justamente aqueles que tiveram seu modo de vida exposto, um modo de viver às custas da exploração. Nesse sentido, a censura aparece não como defesa da moralidade, mas como tentativa de silenciamento de críticas às estruturas de poder.

Dessa forma, o texto evidencia que a reação à obra vai menos de seu conteúdo supostamente “obsceno” e mais de seu potencial crítico, e é por isso que a publicação do *Madeirópolis* causou tanto receio, uma vez que expunha, ainda que de forma ficcional, as estruturas de poder existentes.

A “nota” final sintetiza a crítica ao absurdo das acusações de identificação entre ficção e realidade. Ao afirmar que qualquer cidadão que se reconheça no livro deve “abandonar suas páginas”, o texto expõe a incapacidade dos leitores e daqueles que apenas ouviram falar do livro, de distinguir representação literária de retrato individual.

3.5 AS REPERCUSSÕES RECENTES

A apreensão do livro *Madeirópolis*, de Italino Peruffo, não foi só um caso isolado de repressão, como se fosse apenas tirar um livro de circulação. Como visto, esse episódio

⁷⁰ MINHA cidade. UNIDADE: em defesa dos interesses do povo. Florianópolis, ano 2, n. 47, pág. 8, 21 de março a 7 de abril de 1959.

acabou gerando um debate maior, envolvendo diferentes grupos da sociedade, como imprensa, estudantes e outras organizações, que passaram a questionar até que ponto o Estado tem o direito de interferir na produção cultural. Ou seja, não se tratava apenas do livro em si, mas de discutir quem pode decidir o que pode ou não ser publicado e lido. Isso mostra que a censura não acontece de forma neutra ou consensual, mas gera conflitos e levanta dúvidas sobre os limites do poder estatal e a liberdade de expressão.

No que diz respeito às discussões recentes sobre o livro *Madeirópolis*, localizou-se um fórum online⁷¹ de um blog intitulado “Madeiropolis: O blog pra estruturar, sistematizar, discutir, aprimorar e divulgar o Madeirópolis”, com publicações que iniciam em 2010 e a postagem mais recente datada de 2021. Isso evidencia uma persistência do interesse pela obra décadas após sua publicação. O fórum reúne postagens nas quais os usuários, de maneira anônima, debatem a importância histórica do livro, destacando sua censura no final dos anos 1950 em Santa Catarina e a extrema raridade dos exemplares que chegaram até os dias atuais. Além disso, os participantes da discussão empreendem um exercício de identificação entre os personagens fictícios criados por Italino Peruffo e figuras reais da época, sugerindo que a obra, embora apresentada como ficção, teria se inspirado em pessoas e situações concretas do contexto catarinense. Essas hipóteses levantadas no fórum, por si só, ajudam a compreender as razões pelas quais o livro foi alvo de censura e supressão.

Além deste, a Associação de Escritores do Alto Vale do Itajaí mantém em seu blog um post de 2009 que trata *Madeirópolis* como o único livro censurado de Rio do Sul, e o texto deixa claro que a obra ainda provoca reações curiosas décadas depois⁷². A história do post começa de forma quase cinematográfica: durante uma gincana na cidade de Rio do Sul, o coordenador do evento pediu que os participantes encontrassem o livro, sem acreditar que alguém conseguiria. Para sua surpresa, um dos participantes apareceu com um exemplar todo amarelado, embrulhado em plástico, com folhas danificadas, guardado num baú, num sítio em Lontras, pelo avô do participante. Esse episódio diz muito sobre o status que o livro ocupa na região: é um título raro, é um objeto preservado às escondidas como se ainda houvesse algo a temer. O post também explica, de forma direta, por que a censura aconteceu: Peruffo não nomeava ninguém diretamente, mas descrevia os personagens com tantos detalhes, o que fez

⁷¹ MADEIRÓPOLIS. **Página inicial**. Disponível em: <https://madeiropolis.wordpress.com/>. Acesso em: 30 maio 2026.

⁷² STASSUN, Cristian. **O único livro censurado de Rio do Sul!** Associação de Escritores do Alto Vale do Itajaí, 11 dez. 2009. Disponível em: <https://escritoresaltovale.wordpress.com/2009/12/11/o-unico-livro-censurado-de-rio-do-sul/>. Acesso em: 30 maio 2026.

com que os leitores começassem a tentar identificar quem eram esses personagens. Nos comentários do post, que se estendem até 2025, leitores ainda expressam o desejo de ter acesso ao livro, e um deles chega a dizer que as situações descritas na obra parecem ainda presentes na sociedade local, o que, por si só, já demonstra o quanto a crítica de Peruffo permanece atual.

O Jornal A Vitrine do Alto Vale, por sua vez, registrou em 2016 que o interesse pela obra foi longe o suficiente para motivar um evento presencial dedicado a ela.⁷³ A Oca Cultural, em parceria com a Associação de Escritores do Alto Vale, organizou uma conversa literária voltada especificamente para debater os escritos de *Madeirópolis*, reunindo leitores para discutir um livro que, até então, muitos provavelmente só conheciam de ouvir falar. A matéria descreve a obra como um livro polêmico que denuncia a exploração desenfreada da madeira no Alto Vale do Itajaí, além de narrar suas histórias obscuras como um afronte à moral e aos bons costumes da época, e reforça que o livro chegou ao ponto de se tornar uma lenda literária após ter exemplares destruídos e ser banido. O encontro, realizado numa tarde de domingo, é um indício de que *Madeirópolis* não foi esquecido logo após ser repreendido.

⁷³ JORNAL ALTO VALE. **Domingo tem encontro literário**. Jornal Alto Vale, 26 ago. 2016. Disponível em: <https://jornalav.wordpress.com/2016/08/26/domingo-tem-encontro-literario/>. Acesso em: 30 maio 2026.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou recuperar, ainda que parcialmente, a trajetória de Italino Peruffo e o episódio de censura sofrido por sua obra *Madeirópolis*, publicada no final da década de 1950. A partir do perfil biográfico traçado no primeiro capítulo, foi possível compreender que Peruffo não era um escritor alheio ao mundo que descrevia: sua trajetória pessoal, marcada pela origem interiorana, pela experiência como funcionário público em diferentes cidades do país, e pelo envolvimento com círculos intelectuais e políticos progressistas, informou diretamente o olhar crítico que perpassa *Madeirópolis*. O livro não nasceu do acaso, mas de uma vivência acumulada e de uma escolha deliberada de colocar a literatura a serviço da denúncia social.

O segundo capítulo demonstrou que a reação à obra não foi igualmente casual. Apesar da falta de indícios concretos sobre como ocorreu o processo de apreensão, as fontes consultadas demonstram que o episódio ocorreu. A ação policial de Rio do Sul, a ameaça ao seu vendedor e o apoio de parlamentares às medidas repressivas revelam um padrão que vai além da indignação moral de uma comunidade que se sentiu retratada. Como procurou-se argumentar ao longo da análise, a acusação de que *Madeirópolis* seria um "pasquim" ofensivo à honra da sociedade local funcionou como mecanismo de deslocamento: converteu uma crítica política, sobre a exploração dos madeireiros, a precarização do trabalho e a hipocrisia das elites locais, em escândalo moral, tornando mais palatável e juridicamente viável a ação repressiva. Trata-se, em suma, de uma censura informal operando com eficiência: sem amparo legal explícito, mas com o respaldo de agentes públicos e de representantes eleitos.

A análise da repercussão do caso na imprensa catarinense reforça essa leitura. Tanto o jornal *O Estado* quanto o *Unidade* reconheceram a ilegalidade da apreensão e defenderam a liberdade de expressão, ainda que a partir de posições editoriais distintas. A mobilização de entidades estudantis e sindicais evidencia que o episódio foi percebido, por diferentes setores da sociedade civil, não como uma ação localizada, mas como uma ameaça mais ampla às liberdades constitucionais. Que tudo isso tenha ocorrido por volta de 1959, cinco anos antes do golpe civil-militar de 1964, é um dado significativo: demonstra que as práticas de censura informal já estavam consolidadas no Brasil democrático do pós-guerra, ancoradas nas tensões da Guerra Fria e na disposição de grupos conservadores de utilizar o aparato do Estado para silenciar vozes dissonantes.

O episódio envolvendo *Madeirópolis* revelou-se, ao longo da pesquisa, um tema com múltiplas possibilidades de investigação que extrapolam os limites deste trabalho. Seria possível aprofundar a análise da trajetória política e literária de Italino Peruffo para além do recorte aqui proposto, rastrear de forma mais incisiva a circulação e o paradeiro dos exemplares apreendidos de *Madeirópolis*, ou ainda explorar mais a dimensão da censura. A ausência dos registros dos debates da Assembleia Legislativa nos Diários oficiais também aponta para uma lacuna documental que, uma vez suprida, poderia enriquecer significativamente a compreensão do episódio. Diante dessas possibilidades, optou-se, neste trabalho, por privilegiar aquilo que as fontes disponíveis permitiam sustentar com maior segurança: a repercussão da censura na imprensa catarinense e o debate político que ela suscitou. Trata-se, portanto, de uma contribuição inicial sobre um tema ainda pouco explorado pela historiografia catarinense, e que certamente merece investigações futuras mais aprofundadas.

Recuperar Italino Peruffo e *Madeirópolis* é, em alguma medida, fazer aquilo tentaram impedir: dar circulação a uma voz e a um texto que foram deliberadamente silenciados. Se este trabalho contribuir para que o nome de Italino Peruffo e o debate em torno de sua obra ocupem, ainda que modestamente, um lugar na memória historiográfica de Santa Catarina, terá cumprido seu propósito.

REFERÊNCIAS

FONTES

A NAÇÃO: o mensageiro das selvas. Blumenau, SC: Órgão dos Diários Associados, 1943-1970. Disponível em:

<https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=883662&Pesq=peruffo&pagfis=9650>. Acesso em: 31 out. 2025.

DIÁRIO DO PARANÁ: órgão dos Diários Associados. Curitiba: Diários Associados, [1955]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761672&pesq=>. Acesso em: 02 out. 2025.

ITALINO PERUFFO. In: MARTINS, Mário Ribeiro. Dicionário biobibliográfico regional do Brasil. Usina das Letras, 2003.

O ESTADO. Florianópolis, SC. Ano XLV, n. 13.551, 11 mar. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=884120>. Acesso em: 02 out. 2025.

O MOMENTO. Caxias do Sul, RS: [s.n.], 1933-1951. Semanal. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882615&pagfis=1>. Acesso em: 02 out. 2025.

PERUFFO. In: COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. Enciclopédia da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v.

PERUFFO, Italino. **Madeirópolis**: notas e perfis. Florianópolis: Editora Unidade, 1958.

PROJETO BRASIL NUNCA MAIS. **Processo n.º 391**. Acervo Brasil Nunca Mais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Livro O Averso da Pele volta a ser alvo de censura; agora no Paraná. Brasília, 6 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/livro-o-avesso-da-pele-volta-ser-alvo-d-e-censura-agora-no-parana>. Acesso em: 25 abr. 2026.

ARAUJO, Camilo Buss. **Trabalhadores em disputa**: UDN, PCB e eleições em Santa Catarina (1945-1947). Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 18, 2026. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/104923>. Acesso em: 6 jul. 2026.

BIROLI, Flávia. Liberdade de imprensa e democracia na construção da hegemonia liberal: limites e contradições no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 213-240, 2004.

BORGES DA SILVEIRA, João Paulo; SILVEIRA ANDRETTA, Pedro Ivo. As formas de resistência à censura aos livros na atualidade. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 28, p. 1-29, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/90814>. Acesso em: 25 abr. 2026.

BRASIL. **Ato Institucional n.º 1**, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as constituições estaduais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 1.802**, de 5 de janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 6 jan. 1953. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11802.htm. Acesso em: 3 nov. 2025.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, 2002.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros Proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. 2. ed. ampl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

CARVALHO, Eder Aparecido de. PSD, UDN e PTB, os três grandes partidos da Terceira República. CSOnline – **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 3, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17036>. Acesso em: 6 jul. 2026.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. **Um mundo sem livros e sem livrarias?** Coordenação Guiomar de Grammont. 1. ed. São Paulo: Letraviva, 2020.

CNN BRASIL. Sem justificar, governo de SC retira 9 livros das escolas públicas. São Paulo, 10 nov. 2023. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/sem-justificar-governo-de-sc-retira-9-livros-das-escolas-publicas>. Acesso em: 25 abr. 2026.

DARNTON, Robert. **Censores em ação**: como os Estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DARNTON, Robert. **O que é a história do livro?** Revisitado. ArtCultura, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 155-169, jan/jun 2008

DEBASTIANI, Gustavo. **“Meu caro Salim”**: a mediação cultural de Salim Miguel no contato com intelectuais de língua portuguesa na África (década de 1950). 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2024.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

G1 RONDÔNIA. Documento da Secretaria de Educação de RO manda recolher de escolas Macunáima e mais 42 livros; secretário diz ser rascunho. Porto Velho, 6 fev. 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/02/06/documento-da-secretaria-de-educacao-d-e-ro-manda-recolher-de-escolas-macunaima-e-mais-42-livros-secretario-diz-ser-rascunho.ghtml>. Acesso em: 24 abr. 2026.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática**: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

LENCINA, Daiana Castoldi. **Camarada Aldo Pedro Dittrich**: trajetória profissional, política e repressão (1950-1964). 2011. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95847>. Acesso em: 31 ago. 2025.

MANGUEL, Alberto. **O leitor como metáfora**: o viajante, a torre e a traça. Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

NOVINSKY, Anita. Os regimes totalitários e a censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, 2002. p. 25-36.

PERUFFO, Italino. **Entre o rio e a montanha**. São Paulo: Edaglit, 1964.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**. 2011. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/100/tde-21082015-151559/>. Acesso em: 24 abr. 2025.

REIMÃO, Sandra. (org.). **Livros e subversão: seis estudos**. Cotia, SP: Ateliê Editorial : FAPESP, 2016.

RIBEIRO, David Ricardo Sousa. **A transição para a democracia no Brasil (1943-1946): o PCB, os trabalhadores e a construção de um caminho alternativo**. 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

RIBEIRO, David Ricardo Sousa. 1945-1964: a democracia sob constante disputa. **Revista de História**, São Paulo, n. 184, 2025. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/234034>. Acesso em: 6 jul. 2026.

ROSSBACH, Nikola. Censura: conceitos e definições. **Contingentia**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 6-30, 2025. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/view/147613>. Acesso em: 13 set. 2025.

SILVA, A. de L. et al. A censura dos livros no Brasil: uma proposta de linha temporal. **Revista Galo**, n. 2, p. 263-272, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.53919/g2122>. Acesso em: 15 out. 2025.

SILVA, Andréia Amorim da. O Almirante Carlos da Silveira Carneiro e a Enciclopédia de Santa Catarina. Portal do Bicentenário. Disponível em: <https://portaldobicentenario.org.br/timeline/o-almirante-carlos-da-silveira-carneiro-e-a-enciclopedia-de-santa-catarina/>. Acesso em: 30 out. 2025.

STASSUN, Cristian. O único livro censurado de Rio do Sul! Disponível em: <https://escritoresaltovale.wordpress.com/2009/12/11/o-unico-livro-censurado-de-rio-do-sul/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

STEINER, George. **Aqueles que queimam livros**. Tradução de Pedro Fonseca. [S.l.]: Editora Âyiné, 2017.

VILAS-BOAS, Sérgio. **Perfis: e como escrevê-los**. São Paulo: Summus, 2003.